



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS

TERESINHA ROSA DE MESCOUTO

**RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO EM PRÁTICAS DISCURSIVAS DO
MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

BELÉM
2020

TERESINHA ROSA DE MESCOUTO

**RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO EM PRÁTICAS DISCURSIVAS DO
MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL do Instituto de Letras e Comunicação - ILC, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração – Estudos Linguísticos: Análise, Descrição e Documentação de Línguas Naturais.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Cristina da Costa Pessoa.

BELÉM
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

M578r Mescouto, Teresinha Rosa de
Relações de trabalho e de gênero em práticas discursivas do
Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis /
Teresinha Rosa de Mescouto. — 2020.
X,101 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Fátima Cristina da Costa Pessoa
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras,
Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará,
Belém, 2020.

1. Práticas discursivas. 2. Relações de trabalho. 3. Relações
de gênero. 4. Movimento Nacional de Catadores de Materiais
Recicláveis. I. Título.

CDD 410

TERESINHA ROSA DE MESCOUTO

**RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO EM PRÁTICAS DISCURSIVAS DO
MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração de Estudos Linguísticos: Análise, Descrição e Documentação de Línguas Naturais.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Fátima Cristina da Costa Pessoa/PPGL/UFPA

ORIENTADORA

Prof. Dr. Thomas Massao Fairchild/PPGL/UFPA

MEMBRO INTERNO

Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas/Feevale/RS

MEMBRO EXTERNO

A minha pequena Luna Caeteuara, com quem todos os dias tenho construído experiências de linguagem;

As Marias, como representação da luta das mulheres;

A Maria Alice, mulher que sempre lutou pela auto-organização dos catadores de materiais recicláveis.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a meus pais, Teresinha e João, que migraram da comunidade do Treme para a cidade de Bragança na década de 80 para que eu e meus irmãos pudéssemos estudar e seguir uma carreira profissional.

Enorme gratidão ainda a minha irmã, Antônia Rosa, pelo acolhimento e cumplicidade.

Agradecimentos especiais ao Glauco, pelo companheirismo e incentivo à conquista deste sonho.

Aos amigos que dividiram comigo as alegrias e as inquietações vividas em cada momento de certezas e de dúvidas, em especial aos amigos do Núcleo Carlos Marighella.

A minha amiga, Eliana Santos, pelo companheirismo e pelo apoio nos momentos mais cruciais de encaminhamento desta dissertação.

Ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis por representar um campo popular de lutas por direitos e melhores condições de vida.

Respeitosamente, agradeço à Profa. Dra. Walkyria Magno e Silva pelas contribuições feitas a este trabalho durante o processo de qualificação, bem como ao Prof. Dr. Thomas Massao Fairchild pelas trocas de conhecimento em sala de aula, pelas suas contribuições durante o processo de qualificação e defesa, e, principalmente, pelos grandes questionamentos feitos com objetivo de aprimorar este trabalho.

Com grande apreço, agradeço ao Prof. Dr. Ernani Cesar de Freitas pela sua disponibilidade em contribuir com o processo de defesa, avaliação e indicação de sugestões valiosas que orientaram as correções finais desta produção.

À coordenação do PPGL, por possibilitar o crescimento do programa de qualificação profissional e o incentivo à pesquisa na região Amazônica.

E de forma muito especial, agradeço a minha orientadora, Fátima Pessoa, grande profissional. Com paciência e maestria guiou-me pelas teorias e metodologias da Análise do Discurso, acreditando que este projeto era viável e significativo para os estudos da linguagem. Junto dela, tive a oportunidade de conhecer Dominique Maingueneau e indagá-lo sobre um dos pressupostos teóricos desta pesquisa.

Fátima e todos, meu muito obrigada!

“A linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Consequentemente, a linguagem exige e pressupõe o outro.”

(BENVENISTE, 1989, p. 93).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo refletir sobre a construção discursiva de relações de trabalho e de gênero constituídas no *site* do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), descrevendo e analisando como se constitui a comunidade discursiva dessas práticas e as formações discursivas sobre relações de trabalho e gênero assumidas por essa comunidade. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, situa-se na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso Francesa (AD) e aborda a prática discursiva como conceito central, considerando-se que é possível entrever as formas de como se materializa a ação do homem pela linguagem. O percurso teórico-metodológico traça um olhar sobre as práticas discursivas do MNCR a partir dos pressupostos de Maingueneau (1997; 2005), Charaudeau e Maingueneau (2014) da contextualização e problematização das relações de trabalho e de gênero, tomando por referência Pinto (2010), Engels (1896/2013), Antunes (2010), Alves (2010), Cisne (2012), Álvaro (2013), Souza-Lobo (2011), Saffioti (2004) e Kergoat (1989; 2010), da contextualização do surgimento do movimento dos catadores por meio de Silva (2006), da apresentação do *site* do MNCR e da identificação das ações que o constituem. A análise permite, principalmente, revelar se as formações discursivas sobre relações de trabalho e de gênero assumidas pelos catadores estão centradas nos princípios de igualdade ou de desigualdade, assim como traçar um perfil dos sujeitos enunciantes e demonstrar os mecanismos linguístico-discursivos que se destacam em cada prática discursiva. O *corpus* constitui-se de dez materiais em formato PDF, caracterizados como documentos de cunho formativo, orientativo e de sensibilização, estruturados em panfleto, cartaz, declaração, cartilhas e folder. Os resultados caracterizam a ação dos catadores no *site* como uma prática política constituída de ações particulares que se inter cruzam e se constroem como práticas discursivas direcionadas à autoconstituição do MNCR, à formação de sujeitos políticos e à sensibilização da sociedade para com a proposta do movimento. Os processos discursivos ora integram-se para demarcar um lugar de fala do catador organizado, ora dispersam-se e revelam, de forma mais acentuada, as contradições das relações de trabalho e de gênero ainda presentes no discurso do movimento.

Palavras-chave: Práticas discursivas. Relações de trabalho. Relações de gênero. Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

ABSTRACT

This dissertation aims to reflect on the discursive construction of work and gender relations constituted on the website of the National Movement of Recyclable Waste Pickers (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: MNCR), describing and analyzing how the discursive community of these practices is constituted and the discursive formations on relations of work and gender assumed by this community. The research, of bibliographic and documentary character, is located in the theoretical-methodological perspective of the French Discourse Analysis (AD) and addresses the discursive practice as a central concept, considering that it is possible to glimpse the ways in which human action is materialized through the language. The theoretical-methodological path traces a look at the discursive practices of the MNCR from the assumptions of Maingueneau (1997; 2005), Charaudeau and Maingueneau (2014) of the contextualization and problematization of work and gender relations, taking as reference Pinto (2010), Engels (1896/2013), Antunes (2010), Alves (2010), Cisne (2012), Álvaro (2013), Souza-Lobo (2011), Saffioti (2004) and Kergoat (1989; 2010), of the contextualization of the emergence of movement of waste pickers through Silva (2006), the presentation of the MNCR website and the identification of the actions that constitute it. The analysis allows, mainly, to reveal if the discursive formations on work and gender relations assumed by the waste pickers are centered on the principles of equality or inequality, as well as to outline a profile of the enunciating subjects and to demonstrate the linguistic-discursive mechanisms that stand out in each discursive practice. The corpus consists of ten materials in PDF format, characterized as documents of a formative, guidance and awareness documents, structured in pamphlet, poster, statement, booklets and folder. The results characterize the actions of waste pickers on the site as a political practice made up of private actions that intersect and are constructed as discursive practices aimed at the self-constitution of the MNCR, the formation of political subjects and the sensitization of society to the movement's proposal. The discursive processes are sometimes integrated to demarcate a place of speech for the waste picker organized, sometimes they are dispersed and reveal, in a more accentuated way, the contradictions of work and gender relations still present in the movement's discourse.

Keywords: Discursive practices. Work relationships. Gender relations. National Movement of Recyclable Waste Pickers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1	Gráfico 1 – Rendimento médio segundo raça e sexo - Brasil, 2010	37
Ilustração 2	Figura 1 – Parte superior da página inicial do site do MNCR	43
Ilustração 3	Figura 2 – Parte central da página inicial do site do MNCR	45
Ilustração 4	Figura 3 – Parte inferior da página inicial do site do MNCR	46
Ilustração 5	Figura 4 – Catadores em plenária uniformizados	57
Ilustração 6	Figura 5 – Catadores em mobilização na rua	57
Ilustração 7	Figura 6 – Bandeiras dos movimentos	58
Ilustração 8	Quadro 1 – Sistematização das construções discursivas sobre relações de trabalho no MNCR	63
Ilustração 09	Figura 7 – Migração dos catadores para a cidade	65
Ilustração 10	Figura 8 – Catadores trabalhando na cidade	65
Ilustração 11	Figura 9 – Os direitos individuais dos catadores	66
Ilustração 12	Figura 10 – Catadores em reunião	67
Ilustração 13	Figura 11 – Cartaz do IV Encontro Nacional de Mulheres Catadoras	68
Ilustração 14	Quadro 2 – Sistematização das construções discursivas sobre relações de trabalho no MNCR	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	O CONCEITO DE PRÁTICA DISCURSIVA NO CONTEXTO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM	14
2.1	Pesquisas desenvolvidas no Brasil e campos de aproximação com a linguagem e o trabalho	14
2.2	Uma <i>práxis</i> da linguagem	16
2.3	Prática discursiva e os pressupostos de Dominique Maingueneau	19
3	O CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO	26
3.1	O trabalho como construção social	26
3.2	Gênero como construção social	29
3.3	A divisão sexual do trabalho	34
4	O <i>SITE</i> DO MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR)	39
4.1	O universo histórico, social e organizativo dos catadores de materiais recicláveis	39
4.2	O <i>site</i> do MNCR como canal de informação e ação de linguagem	42
4.3	Metodologia de organização e análise do <i>site</i> do MNCR	49
4.4	Apresentação do <i>Corpus</i>	50
5	AS PRÁTICAS DISCURSIVAS NO <i>SITE</i> DO MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR)	57
5.1	As relações de trabalho nas práticas discursivas do MNCR	57
5.1.1	Relações de trabalho e ações de autoconstituição	53
5.1.2	Relações de trabalho e ações de formação	58
5.1.3	Relações de trabalho e ações de divulgação	61
5.2	As relações de gênero nas práticas discursivas do MNCR	63
5.2.1	Relações de gênero e ações de autoconstituição	64
5.2.2	Relações de gênero e ações de formação	64
5.2.3	Relações de gênero e ações de divulgação	67
6	CONCLUSÃO	73

REFERÊNCIAS	76
ANEXO A – Declaração de princípios e objetivos do MNCR	81
ANEXO B – Folder institucional do MNCR	83
ANEXO C – Panfleto de sensibilização da profissão do catador	91
ANEXO D – Cartilha de formação “Os direitos humanos e os catadores de materiais recicláveis”	93
ANEXO E – Cartilha de formação edição 2005	94
ANEXO F – Cartilha de formação do MNCR “Caminhar é resistir” edição 2009	95
ANEXO G – Panfleto de sensibilização da coleta seletiva porta-a-porta ..	96
ANEXO H – Notícia: Mulheres são maioria entre Catadores organizados”	98
ANEXO I – Notícia: Negros e negras são maioria entre catadores de materiais recicláveis	100
ANEXO J – Cartaz do IV encontro nacional da mulheres catadoras	101

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação denominada “Relações de trabalho e de gênero em práticas discursivas do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis” sistematiza o trabalho desenvolvido no curso de mestrado em Letras na área de estudos linguísticos do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará.

Entre tantas questões que permeiam a relação linguagem e sociedade, este trabalho parte do princípio de que toda manifestação humana pela linguagem se constitui em um discurso, em um processo que aciona material linguístico, sujeitos e espaços político-sociais. Assumindo a perspectiva discursiva, defende-se que essa relação é constitutiva, cada ato irrepetível e cada discurso uma teia de relações a desvendar.

O conceito de prática discursiva é abordado como conceito central da pesquisa, pois é apresentado como elemento principal do processo discursivo, que materializa a própria ação do homem enquanto sujeito no mundo. Essa prática, aqui representada pelo *site* do MNCR, põe em relação o homem catador/mulher catadora, o movimento enquanto instituição criada pelo sujeito catador e o *site* do movimento enquanto ação de linguagem e lugar que consolida diversas práticas discursivas.

A pesquisa se situa na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso Francesa (AD) e tem como objetivo geral refletir sobre a construção discursiva de relações de trabalho e de gênero no *site* do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e como objetivos específicos descrever e analisar como se constitui a comunidade discursiva dessas práticas e as formações discursivas sobre relações de trabalho e gênero assumidas por essa comunidade.

A análise das práticas discursivas do MNCR possibilita a reflexão sobre as ações de um movimento nacional que surge no cenário brasileiro a partir de uma conjuntura de exclusão social, do avanço da indústria da reciclagem e do discurso de sustentabilidade, de mudanças nas relações de trabalho e de gênero, nas organizações sociais e associativas. Como protagonista dessas ações tem-se o sujeito catador decorrente desse processo de mudanças que se constitui por meio do trabalho e da linguagem. A análise permite principalmente identificar as principais práticas discursivas que compõem o *site* do movimento nacional de catadores e analisar como se constituem as formações discursivas das relações de trabalho e de gênero desses sujeitos. Essas formações discursivas centram-se nos princípios de igualdade ou desigualdade entre os sujeitos do trabalho?

O percurso metodológico possibilita, no conjunto dos quatro capítulos, apresentar o conceito de prática discursiva, contextualizar as relações de trabalho e de gênero, conhecer o

processo de construção do MNCR e do *site* desse movimento e analisar as ações que consolidam as práticas discursivas e relações de trabalho e de gênero no MNCR.

O primeiro capítulo apresenta o conceito de prática discursiva nos estudos da linguagem, na Análise do Discurso e na perspectiva de Dominique Maingueneau. Nesse capítulo toma-se como referência as reflexões de autores que defendem a linguagem como ação e alguns trabalhos desenvolvidos no Brasil sob a perspectiva de linguagem e trabalho, em sequência, reflete a linguagem como *práxis* da humanidade, relacionando conceitos linguísticos e filosóficos, e fundamenta o conceito de prática discursiva no arcabouço teórico de Maingueneau (2005), tomando quatro das sete teses abordadas em Gêneses do discurso como elementares para reafirmar que pelo discurso materializam-se práticas discursivas. As teses de Maingueneau possibilitam identificar no *site* do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) os elementos constitutivos da prática discursiva e refletir, do ponto de vista discursivo, sobre as relações de trabalho e de gênero. Além de Maingueneau (1997, 2005) e Charaudeau e Maingueneau (2014), as reflexões feitas no capítulo dialogam com outros autores, como Moita Lopes (2003), Bakhtin (2006), Orlandi (2005), Foucault (2008) e Vázquez (2007).

O segundo capítulo faz uma contextualização das relações de trabalho e de gênero enfatizando “trabalho” e “gênero” como conceitos relacionais e construídos historicamente. A descrição do contexto sobre o trabalho é feita a partir das compreensões de Pinto (2010), Engels (1896/2013), Antunes (2010, 2013), Sant’ana *et al.*, (2010), Dejours (2004) e Alves (2010), enquanto que para as relações de gênero tomam-se as compreensões de Cisne (2012), Álvaro (2013), Moraes (2000), Cabral e Diaz (1998), Souza-Lobo (2011), Saffioti (2004), Engels (1979), Stearns (2012), Prado (1985), Falquet (2012) e Kergoat (1989 e 2010). As reflexões e problematizações feitas até aqui permitem, no quarto capítulo, perceber as perspectivas sob as quais se materializam as relações de trabalho e de gênero enunciadas pelo MNCR no *site* do movimento.

O terceiro capítulo faz uma caracterização do *site* do MNCR como um lugar que se constitui por meio de práticas discursivas. Tal caracterização é feita por um resgate histórico da constituição do MNCR e da apresentação da estrutura organizativa do *site* e das ações de linguagem nele identificadas. Para contextualizar a organização do movimento, utiliza-se como referência Silva (2006) e os dados do próprio MNCR. A descrição do *site* resulta do mapeamento feito na própria página no período concernente à pesquisa e destina-se à apresentação de cada elemento que o constitui. Neste capítulo faz-se também a descrição da

metodologia da análise e a apresentação do *corpus*, por meio da caracterização e classificação dos materiais selecionados, os quais encontram-se na íntegra nos anexos.

O quarto capítulo mostra o funcionamento do *site* do MNCR como ação de linguagem, ou seja, evidencia as categorias constitutivas das práticas discursivas nele identificadas e desenvolve-se a análise das relações de trabalho e de gênero do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, apontando sob quais perspectivas estas se centram. A análise divide-se em duas seções, nas quais ressaltam-se as ações de autoconstituição, formação e de divulgação como práticas discursivas. Em ambas reflete-se sobre as comunidades e as formações discursivas, determinantes na construção do posicionamento discursivo de um movimento como o MNCR.

O trabalho encerra-se com as conclusões acerca da pesquisa, fazendo um balanço das proposições, dos processos metodológicos e resultados alcançados. Nos apontamentos enfatiza-se as categorias analisadas enquanto fenômenos linguístico-discursivos, bem como os desafios revelados pela análise, a fim de instigar futuros trabalhos.

2 O CONCEITO DE PRÁTICA DISCURSIVA NO CONTEXTO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Este primeiro capítulo nos permite compreender como o conceito de prática discursiva se insere nos estudos da linguagem, mais especificamente nos estudos da AD, e qual a relevância desse conceito para a condução desta pesquisa. O percurso discursivo está organizado em 3 subseções. A primeira faz uma abordagem de pesquisas desenvolvidas no Brasil, as quais têm investigado e sistematizado fenômenos linguísticos e sociais a partir de quadros teóricos que fundamentam a relação entre linguagem, trabalho e práticas discursivas. A segunda nos possibilita refletir sobre o conceito de prática discursiva nos estudos da linguagem e na filosofia, relacionando a *práxis* humana a uma *práxis* de linguagem. A terceira situa o conceito de prática discursiva a partir das teses defendidas por Maingueneau em *Gênese do Discurso* e aponta possíveis conexões com o objeto de estudo desta pesquisa.

2.1 Pesquisas desenvolvidas no Brasil e campos de aproximação com linguagem e trabalho

Os estudos do discurso têm constituído um espaço aberto de possibilidades de investigação. Isto tem aproximado a linguística de outras áreas de conhecimento e ao mesmo tempo construído possibilidades de aprofundamento sobre a própria natureza da linguagem. Um dos campos de aproximação surgidos nas duas últimas décadas são os estudos voltados para a investigação do discurso no espaço de trabalho, o qual tem teorizado sobre a relação entre linguagem e trabalho.

Uma das produções que aqui se destaca é a organizada por Maria Cecília Perez Souza-e-Silva e Daniel Faïta (2002) no livro *Linguagem e Trabalho*, construção de objetos de análise no Brasil e na França. A obra reúne pesquisas desenvolvidas, tanto no Brasil quanto na França, pelo Grupo de trabalho Atelier¹. Está organizada em três partes que sintetizam o conjunto de abordagens das pesquisas: estudo das práticas de linguagem em situação de trabalho; estudos de discursos sobre o trabalho e estudo de discursos que circulam em diferentes esferas.

A primeira parte, composta de cinco artigos, tenta dar conta da diversidade de enfoques e de campos de intervenção que as pesquisas sobre linguagem e trabalho vêm promovendo. A segunda parte, composta de quatro artigos, apresenta pesquisas que refletem o

¹ Grupo de pesquisadores brasileiros da PUC-SP, da PUC-Rio e a UFRJ e pesquisadores franceses da Université de Provence-Aix-Marseille e a Université de Rouen, firmado em um acordo bilateral.

objeto linguagem e trabalho em saberes acadêmicos, formação profissional e escolas. A terceira parte, composta de cinco artigos, reflete sobre a construção de identidades, relações de serviços em espaços empresariais.

Do conjunto da obra, destaca-se a primeira parte por nos ajudar a refletir sobre questões de aprofundamento sobre o método de abordagem na relação linguagem e trabalho, com destaque para as reflexões de Nouroudine a respeito da distinção entre linguagem **no** trabalho, **sobre** o trabalho e **como** trabalho. As reflexões enfatizam o despontar da perspectiva dialógica do discurso para análises de linguagem e atividades laborais.

Entre as abordagens, faz-se interessante o resgate feito por Daniel Faïta sobre o papel do linguista nessa diversidade de pesquisa cujos objetos se circunscrevem em uma interação entre linguística e outras disciplinas, como, por exemplo, o da ergonomia que vem se construindo no campo das relações objetivas e subjetivas de trabalho. Segundo o autor, essas interações têm provocado os linguistas para uma renovação metodológica. Fato este aprofundado por Maria Cecília Perez Souza-e-Silva como uma obrigatoriedade, mostrando como a Linguística Aplicada tem favorecido esse caminho “sem abrir mão do dialogismo e da interdiscursividade”.

Do mesmo grupo, destaca-se ainda como relevante o trabalho realizado por Décio Rocha, Maria del Carmem F. González Daher e Vera Lúcia de Albuquerque Sant’Atanna no artigo denominado “Produtividade das investigações dos discursos sobre o trabalho”. A investigação destaca o caráter das pesquisas que vem sendo realizadas no Brasil, sobretudo, por meio de análises das práticas de linguagem em situação de trabalho, nas quais a linguagem vem revelando-se como uma porta de entrada para o estudo do universo do trabalho e outras áreas.

Além do Atelier, há no Brasil, o grupo de pesquisa GT Linguagem, Enunciação e Trabalho da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), que se ocupa de estudos desenvolvidos em Análise do Discurso tendo como base a linguagem em ambientes de trabalho. Entre as investigações, destacam-se as produções de Rocha (2012), Pessoa (2011 e 2012), Rodrigues e Souza-e-Silva (2012), Freitas e Chiaradia (2012).

Outras produções consideradas mais amplas podem ser encontradas no trabalho de Moita Lopes (2003), que tem se empenhado em organizar estudos sobre discurso e identidades sob a perspectiva discursiva da Análise Crítica do Discurso e da perspectiva socioconstrucionista.

Nesse contexto de produções, é importante enfatizar também os trabalhos desenvolvidos em várias universidades brasileiras e organizados por Herbele, Osterman e Figueiredo (2006), no livro “Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos”. Da coletânea fazem parte artigos em diferentes perspectivas: Gênero, Interação e Trabalho, Gênero e Mídia, e Gênero em ambientes diversos. Cada bloco de publicações é desenvolvido à luz de diferentes quadros teóricos, entre os quais destacamos a Análise da Conversa, a Sociolinguística Interacional, a Análise Crítica do Discurso, o Socioconstrucionismo, a Linguística de Corpus e os Estudos Jurídicos Femininos.

Nota-se que as abordagens têm aproximado a concepção de gênero, interação e trabalho, nessa linha destacam-se as reflexões feitas no artigo “comunidades de práticas: gênero, trabalho e face” produzido por Ana Cristina Osterman. A autora analisa as práticas discursivas de profissionais em duas instituições paralelas criadas para lidar com a violência contra mulheres no Brasil e reflete sobre o que esses grupos dizem sobre gênero. Para a interpretação dos dados a autora busca em Bordieu (1977, 1991) o conceito de *habitus* e em Eckert e McConnell-Ginet (1992) o conceito de Comunidade de prática.

Nota-se, com base nesse breve levantamento, um campo fecundo de pesquisas com uma diversidade de caminhos teóricos que irradiam pistas tanto da linguística para as outras áreas, quanto das outras áreas para a linguística, principalmente no que diz respeito às possibilidades de estudos da linguagem na perspectiva da Análise do Discurso, e, sobretudo, ao aprofundamento de uma metodologia da Análise do Discurso que permita compreender melhor o universo de um dos conceitos que marcam esta pesquisa, as práticas discursivas.

2.2 Uma práxis da linguagem

Feita a abordagem sobre algumas pesquisas que dialogam com o conceito de “prática discursiva”, cabe agora adentrar no principal objetivo deste capítulo, que é apresentar como este conceito se situa e toma corpo na área dos estudos filosóficos, da linguagem, na AD e nos pressupostos teóricos de Dominique Maingueneau. Ao longo do percurso pretende-se destacar a funcionalidade e importância do conceito para esta pesquisa.

Nos pressupostos filosóficos, prática é entendida como um conjunto de ações refletidas, as quais apresentam no mínimo características em comum e uma certa regularidade na reprodução. Não acontece aleatoriamente, cada ação envolve lugares, fazeres e sujeitos, podendo ser entendida como *práxis*. Para Vázquez (2007), a história humana pode ser compreendida como a história da *práxis* dos homens, onde a prática coletiva incide sobre a prática individual e a relação entre teoria e prática, sujeito e objeto, consciência e

inconsciência humana corroboram para o aprofundamento sobre as próprias dimensões que a *práxis* toma na organização das relações sociais, portanto, trata-se de um processo histórico-natural, dotado de leis e racionalidade.

Em Foucault (2008) é possível encontrar o conceito de prática discursiva associado ao de formação discursiva, o qual a define como regras de formação que determinam as condições de existência e coexistência do que dizemos e fazemos, regras imanentes a uma prática, ou seja, um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa.

Nos estudos linguísticos, especialmente para a escola francófona, prática é associada aos estudos do discurso como unidade analítica e síntese do processo discursivo. Maingueneau (1997) parte do princípio de que a discursividade se constitui na relação entre uma formação discursiva e uma comunidade discursiva, o que implica dois planos de organização, o textual e não textual, os quais remetem à ordem do dizer e do fazer.

De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2014), o termo prática discursiva pode ser aplicado de duas formas:

Empregada com um valor pouco específico, tem aproximadamente as mesmas zonas de emprego que “discurso”. Utilizada no singular, “prática discursiva” diz respeito à atividade discursiva em geral; como termo discreto (“uma prática discursiva”) em vez de “discurso” efetua-se um ato de posicionamento teórico. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p. 396).

A necessidade de analisar as práticas discursivas do MNCR e seus posicionamentos referente às relações de trabalho e de gênero direciona esta pesquisa a conceber o conceito como termo discreto. Assim como ocorre com outros conceitos, Maingueneau o engendra na relação com outros princípios da AD, como formação discursiva, comunidade discursiva, interdiscurso e prática intersemiótica.

Analisar um enunciado, portanto, permite identificar o lugar de onde os sujeitos enunciam, compreendendo este lugar não como físico, mas como dois vértices que remetem ao lugar onde constituem-se os objetos de discurso e onde são gerados os textos resultantes das formações discursivas, ou seja, o lugar do grupo ou da organização de grupos. Esse lugar é constituído pelas relações entre os sujeitos. É o olhar para a comunidade discursiva que faz Maingueneau se destacar em relação à concepção de prática discursiva defendida por Foucault.

Para Maingueneau (1997, p. 54 e 55), uma prática discursiva pressupõe “a presença de um grupo específico sociologicamente caracterizável”, de acordo com o que dizem e o que fazem. Agem como uma instituição mediadora, não como um intermediário transparente, ou seja, um grupo que assume uma identidade específica e por assumir essa identidade, revela-se como tal.

Nesse sentido, Maingueneau (1997) aponta a necessidade de articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo, pois afirma que

a instituição discursiva possui, de alguma forma duas faces, uma que diz respeito ao social e a outra, à linguagem. A partir daí, as formações discursivas concorrentes em uma determinada área também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados (MAINGUENEAU, 1997, p. 55).

Pode-se dizer, então, que tanto o lugar da enunciação quanto o lugar da ação são marcados historicamente e sofrem as mesmas coerções históricas e ideológicas, entendendo-se aqui ideologia, segundo Maingueneau (1997), não como visão de mundo, mas como forma de organização social.

Analisando-se os processos discursivos, não há como não voltar o olhar para os grupos e os sujeitos que constituem essa comunidade, o seu modo de constituição e organização, as ações desses grupos e sujeitos, como se expressam, se organizam, agem, como se relacionam, como se constituem historicamente, identificando as leis que regem essas comunidades e os espaços que criam para enunciar. Entende-se aqui tais grupos não como comunidades de forma virtual, pertencentes a um plano abstrato, mas pertencentes a um plano concreto e material.

Sobre comunidade discursiva, Charaudeau e Maingueneau (2014) nos apresenta como um conceito que tem assumido múltiplos sentidos, entre os quais se destaca a perspectiva de Maingueneau, reafirmando que comunidade discursiva mantém uma relação solidária com formação discursiva e representa o modo de organização de um determinado grupo em torno de um discurso, constituídos por sujeitos locutores, que por meio de seu fazer, marcam um posicionamento discursivo. Charaudeau (2001), por sua vez, caracteriza comunidade de acordo com o tipo de discurso e prática a que se relacionam, comunidade comunicacional, comunidade discursiva e comunidade semiológica.

Maingueneau (1997) afirma ainda que essas comunidades não podem assumir o caráter restritivo, pois não remetem somente aos grupos, mas a “tudo que estes grupos

implicam no plano da organização material e modos de vida” (MAINGUENEAU, 1997, p. 56).

Voltando-se ao pressuposto de que a linguagem constitui o homem e o homem constitui a linguagem, os grupos não serão extrínsecos ao enunciado, mas constitutivos deste. A mesma lógica que atravessa a formação discursiva atravessa, portanto, a comunidade discursiva. Como tais princípios são determinantes na relação entre linguagem e trabalho, não se poderia deixar de reafirmar aqui que esses princípios regerão a análise do *site* do movimento nacional de catadores de materiais recicláveis.

2.3 Prática discursiva e os pressupostos teóricos de Dominique Maingueneau

Entre os diversos modos de se fazer a Análise do Discurso, esta pesquisa situa-se no espaço teórico proposto por Dominique Maingueneau, por considerar que o autor, ao refletir sobre o fazer discursivo, construiu uma maneira própria, que traz para a contemporaneidade conceitos singulares, já refletidos no percurso inicial da AD pela geração anterior, e por constituir outros, que, de certa forma, reposicionam a AD como um dos campos mais fecundos nas pesquisas, principalmente nas últimas duas décadas.

Maingueneau aborda o conceito de prática discursiva como mediador para compreender o funcionamento discursivo. E muito desse aprofundamento remete ao que o autor conseguiu teorizar a partir de um árduo trabalho de análise empírica e produção sistemática, dentre os quais se destacam: *Initiation aux méthodes de l'analyse do discours* (1976), *Approche de l'enonciation em linguistique francais* (1981), *Novas tendências em análise do discurso* (1997) e *Gênese dos discursos* (2005), obras que possibilitaram a disseminação do pensamento do autor e a demarcação de um campo de estudo em AD no Brasil.

Destas obras, abre-se um destaque para *Gênese dos discursos*, por representar um livro que sistematiza algumas teorias utilizadas para analisar os discursos devotos do século XVII e como o próprio autor diz no prefácio do livro traduzida por Sírio Possenti, “*Gênese faz parte de um conjunto de obras que propunham outros conceitos, outra forma de pensar e estudar o discurso*” (MAINGUENEAU, 2005, p. 11), principalmente naquelas circunstâncias de necessidade de referências para além das apontadas pelo campo marxista e da psicanálise.

O legado de Dominique Maingueneau sobre prática discursiva firma-se com a defesa das sete hipóteses postuladas em seu livro *Gênese dos discursos* (MAINGUENEAU, 2005), a saber: o primado do interdiscurso, a competência discursiva, a semântica global, a polêmica

como interincompreensão, a prática discursiva, a prática intersemiótica e o esquema de correspondência.

Desse conjunto de hipóteses, quatro são consideradas fundamentais para a análise que esta pesquisa propõe. São elas: o primado do interdiscurso sobre o discurso, o discurso como uma prática discursiva, a prática discursiva como uma prática intersemiótica e a formação discursiva como esquema de correspondência. Essas hipóteses atuam articuladamente e nos ajudam a situar melhor o conceito de prática discursiva defendido pelo autor.

A primeira hipótese apresentada aqui e a primeira defendida por Maingueneau (2005) é a do primado do interdiscurso sobre o discurso. Maingueneau (2005) apresenta o espaço de troca entre vários discursos convenientemente escolhidos como princípio de análise precedente ao discurso. Baseando-se na teoria da heterogeneidade constitutiva de Jacqueline Authier-Revuz e nos princípios dialógicos de Bakhtin, defende que o discurso se realiza nas regularidades de um interdiscurso, entre um discurso a outro, entre “o Mesmo do discurso e seu Outro” (MAINGUENEAU, 2005, p. 33), uma premissa extremamente relevante que instigará as questões relacionadas à interdiscursividade e aprofundará os princípios e o objeto de análise da AD.

Como estratégia de reformulação e problematização do esvaziamento da teoria do discurso como unidade de análise, Maingueneau (2005) assume o conceito de interdiscurso como ideia central, partindo do pressuposto de que um discurso retoma a outro em um espaço de regularidades. A fim de especificar o conceito, Maingueneau (2005) apresenta-o em forma de tríade: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. Ao definir e diferenciar cada conceito, percebe-se que o conceito de formação discursiva é a chave para discerni-los. Universo discursivo é entendido como “um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35). Campo discursivo é associado a “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 35). Espaço discursivo é definido como um “subconjunto de formações discursivas” (MAINGUENEAU, 2005, p. 37), ou seja, espaço onde concretamente no mínimo dois posicionamentos são marcados, se confrontam, se associam ou se neutralizam. A delimitação do espaço discursivo, enquanto categoria, se constitui de uma operação do próprio analista do discurso. É ele que determina os limites do espaço discursivo e seleciona o subconjunto de formações discursivas a serem analisadas. Tomando o objeto de análise desta pesquisa, verifica-se que das formações discursivas que

marcam o discurso do catador, interessará à análise as que agem em sua constituição enquanto sujeitos e movimento social e as que sustentam as relações de trabalho e de gênero.

Essa relação permite identificar o interior do campo discursivo, seja este filosófico, político ou religioso, como espaço central de constituição de um discurso. Segundo o autor, há de considerar que essa forma de constituição não é uma regra para a formação de todos os discursos, no entanto ela subverte a concepção de que cada discurso é um campo fechado em si mesmo e de interdiscurso como “um conjunto de relações entre diversos intradiscursos compactos” (MAINGUENEAU, 2005, p. 38).

A coexistência de várias formações discursivas em um mesmo espaço discursivo possibilita-nos entender que todos os enunciados produzidos nessa relação refletirão a sua inscrição, ou seja, cada enunciado se constituirá na reversibilidade de um Outro “atestado ou virtual”, como se fossem o direito e o avesso do mesmo (MAINGUENEAU, 2005 p. 40). Essa explicação pode ser metaforizada, por exemplo, por uma roupa feita de um tecido que, na sua gênese, tem dois lados denominados o direito e o avesso. Ao moldar-se para um lado, consciente ou inconscientemente, nega-se o seu avesso, que pode ser revelado em alguma circunstância de uso da peça. Orlandi (2005) já dizia que o trabalho do analista do discurso é desvendar a trama discursiva fio a fio. Caberia então definir que uma das tarefas neste trabalho seria perceber cada fio que constitui o mesmo e o outro do discurso do movimento de catadores de materiais recicláveis.

Pode-se constatar, com base nessa concepção de Maingueneau (2005), que o *Outro* se faz presente e determinante na relação interdiscursiva, um *Outro* constitutivo e não exterior. É o caráter diferencial com que se discute a gênese dos discursos, defendendo que há uma relação interdependente e complexa entre o discurso primeiro e o discurso segundo. Que não há uma cronologia para determinar o surgimento e a origem do outro. A princípio, o discurso segundo traz a figura do Outro para si e para o primeiro:

Essa concepção da gênese dos discursos não visa de forma alguma a fazer coincidir necessidade histórica e necessidade lógico-semântica no quadro de uma espécie de hegelianismo difuso. Assumimos, simplesmente, que um discurso segundo é derivável regularmente de um ou vários outros do mesmo campo; não pretendemos que de um campo se possa derivar apenas um discurso, em virtude de uma lei estável, dialética, ou outra. Não existe nenhuma auto-geração desses sistemas. A semântica discursiva não pode explicar por que foi tal discurso ao invés de tal outro que se constituiu: este é o trabalho do historiador. Em compensação, ela deveria poder dizer a quais restrições está submetida tal constituição, em quais condições o “novo” é possível. (MAINGUENEAU, 2005, p. 44).

A relação entre semântica e discurso não é óbvia e simples. Segundo Maingueneau (2005), Foucault era um dos que se questionava acerca das limitações da semântica do discurso: “se um discurso contém em si o princípio de sua coerência, de onde vem o elemento estranho que pode contestá-lo?” (MAINGUENEAU, 2005, p. 46). No entanto, Maingueneau (2005), tentando dialogar com essa inquietação, afirma que a estrutura “estranha” vem da falta que o próprio discurso primeiro institui ao se constituir. Na prática, um conjunto de enunciados, valores e práticas podem revelar as restrições semânticas de um determinado discurso e dos demais que com ele se contrapõe ou interage.

A segunda hipótese apresentada aqui e a quinta defendida por Maingueneau (2005) afirma que o discurso é uma prática discursiva, que “o discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas como uma prática discursiva” que se estabelece através do sistema de restrições semânticas na “rede institucional de um grupo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 23).

Segundo Maingueneau (2005), o processo discursivo é marcado historicamente e aciona um sistema de restrição semântico para construir um espaço que jamais será neutro e estável. Esse sistema marcará a passagem de um discurso a outro, seja na estrutura ou no funcionamento dos grupos que geram o discurso, estabelecendo uma “imbricação do discurso com uma instituição” (MAINGUENEAU, 2005, p. 125).

Maingueneau (2005) reconhece que o discurso é composto de aspectos textuais e não textuais estritamente relacionados. Para compor esta hipótese e para aprofundar a relação entre o dizer e o fazer, Maingueneau (2005) toma emprestado de Foucault (2008) o termo prática discursiva, apresentado em sua obra *Arqueologia do saber*.

A esse sistema de relações entre o dizer e o fazer, Maingueneau (2005) chama de prática discursiva e vai buscar em Régis Debray (1981 apud MAINGUENEAU, 2005, p. 125), no trabalho *Critique de la raison politique*, o aprofundamento necessário para defender que o humanismo devoto constitui-se como uma prática discursiva, na qual a formação da doutrina religiosa é a formação de uma comunidade hierárquica de fieis, ou seja, “o processo de constituição do grupo não é exterior ao pensamento” (MAINGUENEAU, 2005, p. 126).

O percurso analítico proposto por Maingueneau (2005) para defender o conceito de prática discursiva é caracterizado pelo próprio autor como um caminho diferentemente da concepção de base sociológica adotada por Pêcheux (2009) e Foucault (2008). Maingueneau (2005) encontra, no sistema de restrições semânticas comuns, um processo capaz de mobilizar tanto as estruturas internas da língua como, e sobretudo, as práticas sociais como um todo. Além de permitir compreender a massa documental, os enunciadores, os ritos genéticos, a

enunciação, a difusão e o consumo não como processo em etapas, mas como simultâneos, correlacionados e integrantes de “uma mesma rede que rege semanticamente essas diversas instâncias” (MAINGUENEAU, 2005, p. 142).

Nesse contexto teórico, pode-se especular que o conjunto de textos publicado no *site* do movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis é um conjunto de ações que constituem as práticas discursivas dos catadores, situadas em uma dada confluência de formações discursivas que determinam o dizer e o fazer dos sujeitos catadores, ou seja, essas ações revelam a compreensão de sua própria identidade enquanto catadores, bem como as relações construídas no e pelo trabalho e as relações de gênero. O próprio conjunto de ações constitui-se como práticas, por isso o título desta pesquisa opta pelo termo “prática discursiva” no plural.

A terceira hipótese apresentada aqui e a sexta defendida por Maingueneau (2005) relaciona prática discursiva como uma prática intersemiótica, ou seja, o universo discursivo não se limita aos objetos linguísticos, portanto os suportes intersemióticos estão de igual forma submetidos aos fatores históricos e às restrições semânticas. Um dos exemplos utilizados por Maingueneau (2005) é o fato de a “escola romântica” não compreender somente a produção escrita literária, mas a produção em artes plásticas, arquitetura e música. Essa afirmação de uma prática intersemiótica é claramente percebida na análise que o próprio autor faz das obras de artistas plásticos pertencentes tanto ao campo do humanismo devoto quanto do jansenismo.

Maingueneau (2005) chama a atenção para o fato de que

a coexistência de textos que pertencem a domínios semióticos diferentes não é, entretanto, livre no interior de um formação discursiva determinada. Não é qualquer domínio que pode figurar com qualquer outro, e essas restrições são função ao mesmo tempo do gênero de práticas discursivas concernidas e do conteúdo próprio de cada uma. O gênero da prática discursiva impõe restrições que se relacionam com o contexto histórico e com a função social dessa prática. (MAINGUENEAU, 2005, p. 127).

Um dos exemplos que cita em sua análise são os gêneros que compõem a prática discursiva devota, composta de música, escultura, pintura, literatura e ritos litúrgicos. Cada um desses gêneros tanto inclui quanto exclui um certo público. Uma das grandes questões dessa hipótese é se o modelo de espaço discursivo construído para enunciados se mostra pertinente para um quadro ou para qualquer outra prática semiótica.

A análise do *site* dos catadores pode remeter a uma prática discursiva intersemiótica, já que a estrutura do *site* se constitui de materiais verbais e não verbais. Junto aos textos

verbais, a imagem do catador, a simbologia criada para identificar o movimento e a imagem de suas práticas podem demarcar posicionamentos e revelar em quais formações discursivas se centram.

A quarta hipótese apresentada aqui e a sétima defendida por Maingueneau (2005) caracteriza a formação discursiva como esquema de correspondência. Isso quer dizer que o sistema de restrições não dissocia prática discursiva e ambiente sócio-histórico. Muito pelo contrário, ajuda a aprofundar essa inscrição histórica.

Para analistas do discurso é fundamental relacionar conjuntos textuais a conjunturas históricas e buscar o viés ideológico para analisá-los, assim como defendia Althusser e Pêcheux. No entanto, para Maingueneau (2005), essa relação se estabelece por meio do sistema de restrições semânticas; a exemplo, é possível tomar o que se propôs a fazer no percurso da gênese dos discursos através da “conexidade semântica entre funcionamento institucional e funcionamento discursivo” (MAINGUENEAU, 2005, p. 169).

Maingueneau (2005) ratifica que as práticas discursivas em suas conjunturas históricas passam necessariamente pelo sistema de restrições semânticas, estabelecendo um esquema de correspondência entre um espaço de circulação semântica e sua descontinuidade fundadora, o que remeteria afirmar a existência de uma semântica discursiva que tem por objetivo fazer compreender o funcionamento discursivo.

Todas as hipóteses levantadas por Maingueneau (2005) apontam para um princípio que rege todas elas, a inscrição histórica dos enunciados e do funcionamento discursivo, como ele próprio assegura “nós nos situaremos no lugar em que vêm articular-se um funcionamento discursivo e sua inscrição histórica, procurando pensar as condições de uma enunciabilidade possível de circunscrever-se historicamente” (MAINGUENEAU, 2005, p. 17). E com isso enfatiza a importância de se “pensar ao mesmo tempo a discursividade como dito e como dizer, enunciado e enunciação” (MAINGUENEAU, 2005, p. 19).

Vale assinalar que a proposta de analisar o *site* dos catadores permitirá interagir com diversas ações, as quais possibilitarão identificar o universo do movimento como uma rede intrincada de relações situadas sócio-historicamente e que resultam de um conjunto de ações e objetos situados na relação entre formações discursivas, como:

- os princípios que regem a constituição e a estruturação do movimento;
- os jogos de imagens que os catadores têm de si mesmos, do outro e do movimento, e que se concretizam em um modo de ser e atuar do movimento;
- as relações de trabalho e de gênero constituídas no interior do movimento;
- os modos de enunciação em diferentes suportes a que se tem acesso pelo *site*.

Assim, postula-se que é possível identificar tanto as ações de linguagem que compõem essa prática, como os sujeitos que a constituem, quanto os posicionamentos sobre relações de trabalho e de gênero, pois segundo os pressupostos das hipóteses de Maingueneau (2005), esses conceitos não são construídos de forma independente, muito pelo contrário, se confluem na reversibilidade do funcionamento discursivo.

Por reversibilidade entende-se a ação mútua da comunidade discursiva sobre a formação discursiva, e a formação discursiva sobre a comunidade no sentido de que os catadores, ao enunciarem, falam de um lugar e dizem sobre algo e esse dizer o constitui enquanto sujeito ou comunidade discursiva. Esse processo ocorre na interação com grupos, instituições e outros campos discursivos. A própria organização dos catadores em movimento social já circunscreve um campo de ideias e um espaço de interação com outros grupos e instituições. E na medida que os catadores enunciam, se firmam por meio da negação, da aproximação ou da neutralização de um segundo discurso.

As perspectivas assumidas nesta pesquisa convergem com a compreensão do conceito de prática discursiva defendida por Maingueneau (2005), por se reconhecer que o conceito demarca de forma intrigante uma relação intrínseca entre linguagem e práticas sociais, linguagem e ação, que nela e por ela os efeitos de sentido que constituem concepções de trabalho e de gênero se revelam a partir da ação de um determinado sujeito, no caso os catadores de materiais recicláveis, ao constituírem por meio de diversas práticas discursivas um movimento político-social. Além do mais, nos possibilitará compreender o *site* do movimento como estrutura criada para enunciar, o lugar de enunciação desses sujeitos e o dizer e o fazer do movimento dos catadores de materiais recicláveis, em especial do que dizem sobre relação de trabalho e de gênero. Sobre tais relações o capítulo seguinte destina-se contextualizar.

3 O CONTEXTO HISTÓRICO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DE GÊNERO

Partindo-se do pressuposto de que a prática discursiva é um dos processos por meio do qual as relações de trabalho e de gênero se constroem, esta pesquisa busca analisar a construção discursiva das relações de trabalho e de gênero no *site* do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, e neste capítulo pretende-se refletir sobre os pressupostos teóricos que situam as relações de trabalho e de gênero na contemporaneidade, a fim de compreender como são constituídos os conceitos e valores nas relações sociais, além de entender como se cristalizam e se reproduzem.

O percurso teórico que se desenvolverá partirá das abordagens que veem trabalho, gênero e linguagem como conceitos relacionais e construídos historicamente, procurando perceber como estes três conceitos se fixaram e de que maneira confluem para um discurso sobre trabalho e sobre gênero.

3.1 O trabalho como construção social

Segundo Pinto (2010), em sua origem o termo trabalho está relacionado a um antigo instrumento de tortura denominado *tripalium*, que construiu por muito tempo o imaginário do povo, associando o termo a algo não desejável, ação meramente laboral e escravizante. Esta primeira concepção não corresponde à importância que o trabalho foi tomando na vida de homens e mulheres enquanto seres organizados, configurando-se a princípio como um conjunto de atividades intelectuais e manuais, organizado pela espécie humana e aplicado sobre a natureza, visando assegurar sua subsistência.

Engels (1896/2013), ao abordar o papel do trabalho na vida do homem, considera-o como fator determinante para a evolução humana. Muito além de fonte de toda riqueza, o trabalho é apresentado como a condição básica e fundamental de toda vida humana, estabelecendo uma relação interdependente e constitutiva do homem com a natureza e a sociedade.

Os pressupostos de Engels (1896/2013) apontam para uma correlação entre trabalho e linguagem: o trabalho está para o homem assim como a linguagem também está. Três fatores são considerados fundamentais para essa relação: a posição ereta, o trabalho com as mãos e o trabalho coletivo.

A posição ereta, assim como marca a possibilidade do homem andar somente sobre o apoio dos pés e deixar as mãos mais livres, marca também um novo posicionamento e aperfeiçoamento do aparelho fonador e sua relação com o cérebro e os órgãos dos sentidos. A nova postura dá ao homem um olhar mais panorâmico sobre as coisas ao seu redor e mais

firmeza ao andar. As mãos, ao se libertarem do chão, passaram a se adaptar a outras atividades.

A divisão de funções entre pés e mãos possibilitou diversificar as atividades desenvolvidas pelos nossos antepassados. “A mão era livre e podia agora adquirir cada vez mais destreza e habilidade” (ENGELS, 1896 apud ANTUNES, 2013, p. 15). Novas atividades puderam ser desenvolvidas, experimentadas e recriadas a cada nova geração tanto de macacos quanto, conseqüentemente, a cada geração humana. A mão torna-se nesse processo mais que um instrumento de trabalho, mas produto dele.

Quanto ao aspecto da coletividade, Engels (1896/2013) considera que a sociabilidade que define os homens não é casual, mas sobretudo herança dos nossos antepassados símiescos. Os macacos sempre viveram em manadas, coletavam comida juntos, cuidavam dos filhotes, construía abrigos e se deslocavam conjuntamente. A nova condição de bípedes e a complexidade de atividades que desenvolviam conjuntamente no dia a dia levaram à inevitável necessidade de se comunicar, dirigindo a palavra um ao outro.

A possibilidade da comunicação oral, da palavra articulada tirou o homem do silêncio e dos grunhidos e deu-lhe, entre os animais, uma posição superior. A voz ecoada no outro ser da mesma espécie possibilitou muitos aperfeiçoamentos e construiu um novo paradigma de relações. O homem deixa sua mera condição de animal e assume a universalidade humana.

Tal levantamento histórico vai ao encontro de uma teoria materialista da linguagem abordada por Engels (1896/2013), a qual relaciona o surgimento da linguagem com o desenvolvimento do trabalho de forma dialética, em que homem e sociedade se constituem mutuamente pelo trabalho e pela linguagem.

A palavra articulada e o trabalho dão ao homem características e capacidades não encontradas em nenhum outro animal. Se é a linguagem que diferencia o homem da natureza das repetições de sons dos papagaios ou do sistema de comunicação das abelhas, a capacidade do homem idealizar o objeto e o fim de seu trabalho o diferencia dos outros animais. As duas capacidades, tanto da linguagem quanto do trabalho, estão estreitamente relacionadas à capacidade humana de atribuir sentido a tudo com que se relaciona.

Tanto as necessidades imediatas e primeiras, quanto as primeiras iniciativas de trabalho confluem para o desenvolvimento da linguagem e para a constituição do homem como ser histórico. O lugar do trabalho é também o da linguagem. Pelo trabalho e no espaço de trabalho a linguagem enquanto discurso se materializa no fazer e no dizer, como bem pontuados no capítulo anterior.

Engels (1896/2013) afirma que essa complexidade é resultante do conjunto de habilidades que foram se articulando ao desenvolvimento do trabalho.

Graças à cooperação da mão, dos órgãos da linguagem, e do cérebro, não só em cada indivíduo, mas também na sociedade, os homens foram aprendendo a executar operações cada vez mais complexas, a se propor e alcançar objetivos cada vez mais elevados. O trabalho mesmo se diversificava e aperfeiçoava de geração em geração, estendendo-se cada vez a novas atividades (ENGELS, 1896 apud ANTUNES, 2013, p. 22).

A complexidade tomou conta das necessidades básicas, colocando em segundo plano o trabalho manual e em primeiro plano as atividades intelectuais. “A cabeça que planejava o trabalho já era capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela” (ENGELS, 1896 apud ANTUNES, 2013, p. 22). Surge aí a primeira exploração do homem por meio do trabalho.

Analisando o processo de organização do trabalho e os modos de produção criados pelo próprio homem como meio de direcioná-lo, Engels (1896/2013) afirma que

todos os modos de produção que existiram até o presente só procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata. Não faziam o menor caso das consequências remotas, que só surgem mais tarde e cujos efeitos se manifestam unicamente graças a um processo de repetição e acumulação gradual. (ENGELS, 1896 apud ANTUNES, 2013, p. 28).

O desenvolvimento do trabalho, segundo Pinto (2010), passou a relacionar-se intrinsecamente com os modos de produção, principalmente de forma técnica pelo “modo de produção capitalista”, o qual foi intensificando-se com o advento das “revoluções industriais e tecnológicas”. Esses mecanismos foram fundantes para que a humanidade incorporasse o trabalho em suas vidas de maneira complexa.

O trabalho é mais do que o ato de trabalhar ou de vender sua força de trabalho em busca de remuneração. Há também uma remuneração social pelo trabalho, ou seja, o trabalho como fator de integração a determinado grupo com certos direitos sociais. O trabalho tem, ainda, uma função psíquica: é um dos grandes alicerces de constituição do sujeito e de sua rede de significados. Processos como reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, mais do que relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade. (LANCMAN, 2004 apud PINTO, 2010, p. 10).

Pinto (2010) enfatiza o caráter da centralidade do trabalho na vida social, seja na sua capacidade de planejamento, seja na de execução, envolvendo o plano político, o mítico e o artístico. Ao reafirmar o papel do trabalho na formação do espaço público e da coletividade,

acrescenta princípios extremamente importantes construídos pela humanidade, como o que considera que “trabalhar é ainda viver junto” e, por isso, pode configurar-se como o *locus* da democracia. (DEJOURS, 2004a, p. 18 apud PINTO, 2010, p. 10). E se alguns desses princípios fracassam, o trabalho pode ter um efeito inverso, antidemocrático, individualista e desigual, distanciando-se das bases que o criaram.

Pinto (2010) chama atenção para o efeito reverso do trabalho na vida humana. Se a finalidade é alterada, altera-se a relação de sentido do trabalhador com a atividade que realiza. Nesse sentido, Antunes (2010) afirma que o processo de flexibilização capitalista alterou a relação do homem com seu trabalho, isso desencadeou uma série de consequências à classe trabalhadora, a qual passou a ser mais fragmentada, heterogênea e complexa. A intelectualização do trabalho, contraditoriamente, mais desqualificou, desempregou e precarizou que qualificou a classe trabalhadora. Nota-se, portanto, o efeito reverso do processo de industrialização, automação e tecnologia.

As mudanças por quais passou a organização produtiva do trabalho são avaliadas por Antunes (2010), como parte do processo de reestruturação produtiva e trouxe um conjunto de transformações ao próprio processo de produção de mercadorias, entre elas a acumulação flexível, a gestão organizacional, o avanço tecnológico. Nesse processo destacam-se os clássicos modelos de organização da produção, o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo, os quais abriram portas para repensar a relação do homem com o trabalho, seja na lógica dos interesses do patrão/empresa, seja na lógica dos interesses do trabalhador/empregado.

No aspecto da subjetividade, Alves (2010) aborda, de forma crítica, cinco mecanismos psicossociais de que o sistema capitalista global faz uso para condicionar, explorar, alienar, individualizar e flexibilizar os direitos trabalhistas do trabalhador: a manipulação, a captura, a manipulação reflexiva, a perversidade do trabalho estranhado e a farsa. Tais processos são articulados pelo campo ideológico e agem na subjetividade do trabalhador a ponto do trabalho se tornar atividade laboral sem sentido.

A reversibilidade do efeito do trabalho sobre a vida humana pode assim ser vista como um pêndulo que norteia tudo que está a sua volta. Nesse contexto, em que medida estariam os catadores a buscar, por meio das relações de trabalho e de gênero na atividade da catação, a construção da identidade enquanto catador e catadora e um novo reposicionamento social enquanto sujeitos?

3.2 Gênero como construção social

Assim como se considera que o trabalho é construído historicamente, busca-se apresentar nesta subseção o conceito de gênero também como produto das relações sociais, demarcando-o no percurso das determinações históricas, econômicas e sociais. Toma-se como base as reflexões no campo das ciências sociais, especificamente a partir de algumas referências do movimento feminista no Brasil e na França que associam o termo gênero não como mera representação da divisão biológica, mas como relações sociais de sexo.

Contextualizando historicamente os estudos de gênero, Cisne (2012) afirma que

os estudos de gênero surgem inseridos no movimento feminista, principalmente sob a influência de feministas acadêmicas, no final do século 20, entre as décadas de 1970 e 1980. Seu objetivo advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisadas, pois, como construções sociais, determinadas pelas e nas relações sociais (CISNE, 2012, p. 77).

O interesse pelos estudos de gênero, segundo Cisne (2012), surge na academia em pleno contexto de crise do paradigma macroestrutural das ciências sociais vivenciado na década 1980. Essa concepção surge sob forte influência das correntes pós-modernas, para as quais os significados das relações sociais constitutivas da relação de poder tinham mais ênfase que a busca das causas da dominação/exploração.

É importante ressaltar que há grandes polêmicas em torno do conceito de gênero, principalmente a partir das teóricas feministas citadas por Álvaro (2013), as quais situam o termo como polissêmico, demais palatável, genérico, a-histórico, apolítico, neutro e eufemizador. Essas características são consideradas determinantes para demarcar os estudos de gênero em relação aos estudos feministas como menos críticos, pois não demarcam a mulher como sujeito, muito pelo contrário, eufemizam os conflitos das relações desiguais de sexo. Outro argumento é que o conceito de gênero apresenta-se como menos ofensivo frente ao discurso feminista, além de ser muito usado pelas instituições multilaterais e governamentais.

Entretanto, Álvaro (2013) ressalta que as críticas feitas ao termo gênero não excluem a possibilidade de manter em muitos estudos o olhar crítico sobre as relações entre homens e mulheres, como a opção feita pela feminista Saffioti (2004), a qual utiliza em seus estudos o termo gênero sem eufemizar as relações entre homens e mulheres.

Nessa dualidade é importante ressaltar que, anteriormente aos estudos de gênero, predominavam os estudos sobre a mulher. Sobre essa transição, Moraes (2000 apud Cisne, 2012) reflete sobre três aspectos importantes pertinentes à mudança: a questão da mudança temática de mulher para gênero; o caráter substancial do sujeito precursor do debate (as

feministas ligadas aos movimentos sociais e as pesquisadoras acadêmicas); a mudança de foco dos estudos. Enquanto os estudos sobre a mulher buscavam denunciar a opressão das mulheres, os estudos de gênero limitavam-se a compreender teoricamente a dimensão sexista.

Outro ponto que Cisne (2012) enfatiza sobre a opção entre um termo e outro são as possibilidades que o estudo da categoria gênero trouxe como contribuição para as discussões feministas, no que diz respeito à forma de entendê-lo como uma categoria relacional que busca analisar a mulher de forma relacional ao homem, já que o feminino é definido em relação ao masculino também. Nesse aspecto, destaca-se que as perspectivas que o termo articula em seu entorno, como sexo, raça, etnia, orientação sexual, idade etc, o tornaram referência obrigatória na literatura feminista.

A compreensão do conceito de gênero utilizada aqui é situada principalmente nos estudos feitos por Cabral e Diaz (1998), Souza-Lobo (2011), Saffioti (2004), Cisne (2012), Álvaro (2013), os quais o determinam como designador das relações sociais de sexo, circunscritos nas relações históricas, econômicas e sociais, principalmente aprofundando a relação capital e trabalho que determina a divisão sexual do trabalho.

Adentrado na origem do conceito de gênero, Álvaro (2013) destaca que o termo foi introduzido na academia estadunidense principalmente por meio de teóricos(as) praticantes da cooperação, governamental ou multilateral, muitas vezes, para evitar o estigmatizado termo “feminismo” ou para fornecer um diferencial para a palavra “mulher”. O termo, segundo Álvaro (2013), é caracterizado como uma construção social ainda que se baseie numa diferença biológica.

Para Cabral e Diaz (1998), as relações de desigualdade de gênero são elementos constitutivos das relações sociais desiguais de poder fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, resultantes de uma construção social do papel do homem e da mulher concebidos na sociedade patriarcal e apropriados pelo sistema capitalista, portanto, um fenômeno estrutural com raízes complexas que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e disseminado por certas instituições sociais como escola, família, sistema de saúde, igreja etc.

Aprofundando o aspecto histórico das relações sociais, destaca-se que, na sociedade patriarcal, as relações entre homens e mulheres são marcadas pela diferença entre os sexos, a qual julga as características das mulheres inferiores as dos homens. Esse processo se hierarquizou, construindo uma relação de dominação de um sexo sobre o outro, ou seja, do homem sobre a mulher, assim como definiu papéis sociais, destinando os homens ao espaço

público e as mulheres ao espaço privado, e a posição de cada um no trabalho, o homem ao espaço da produção ou da produtividade e a mulher ao espaço da reprodução.

O termo patriarcado significa, segundo Delphy (2009 apud ÁLVARO, 2013, p. 121), “autoridade do pai” e “vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando)”, que na concepção feminista designa uma formação social pautada no poder dos homens, ou seja, na dominação masculina e na opressão das mulheres.

A origem do patriarcado enquanto sistema, segundo Engels (1979), está associada ao início da propriedade privada, ou seja, à produção e ao controle do excedente. Complementando o fator indicado por Engels, Saffioti (2004) defende que dois fatores históricos marcaram as bases de constituição do patriarcado: a produção do excedente econômico e a descoberta da participação do homem no processo de fecundação dos filhos(as). Vale ressaltar que, anteriormente ao surgimento da propriedade privada, em muitas culturas predominava a organização matrilinear.

De acordo com Stearns (2012), a desigualdade nas relações sociais de sexo se acentuou com a necessidade do homem de fixar-se em territórios, do controle maior da produção para o excedente e das técnicas e tecnologias incorporadas no desenvolvimento do trabalho. Estabeleceu-se de forma diferenciada em cada cultura, dependendo dos aspectos que predominavam e mediavam as relações sociais, sejam eles religiosos, institucionais, políticos ou econômicos. Outro fato que Stearns (2012) aborda são os contatos interculturais entre as diversas civilizações, como europeia, asiática, chinesa, indiana, africana e latina, que possibilitaram maior ou menor incorporação/ou mudança de padrões de gênero.

Para a manutenção e reprodução do sistema patriarcal foi criado o modelo de família nuclear e monogâmica, o qual serve a três interesses: o de organizar e controlar a produção do excedente, o de controlar o corpo da mulher com a perspectiva de assegurar a paternidade e a de preservar os bens produzidos pelo patriarca, repassando-os aos seus descendentes por meio de herança. Nesse sentido, como bem pontua Álvaro (2013), o significado de família está associado tanto ao sistema patriarcal quanto ao modo capitalista de produção, pois, segundo Prado (1985, p.51), o termo em latim (*famulus*) significa “conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor”, remetendo ao que Delphy (2009 apud ÁLVARO, 2013) defende ser a família: uma unidade de produção, cujo trabalho dos indivíduos pertence ao “pai de família”.

Historicamente, a monogamia só foi exigida às mulheres, pois mesmo em sociedades em que a poligamia é proibida, aos homens ela é socialmente legitimada. Um dos reflexos, descritos por Álvaro (2013), é o mercado do sexo alimentado pela prostituição, pelo turismo

sexual e pelo tráfico de mulheres. Em contrapartida, a poligamia feminina é proibida e moralmente julgada e condenada.

Esse modelo de família, segundo Álvaro (2013), será determinante na formação e reprodução dos valores patriarcais e do modo capitalista de produção, tendo em vista que é mantenedor da desigualdade das relações de gênero, da divisão sexual do trabalho e da reprodução social, funcionando como um núcleo de produção ou uma instituição de produção. Tal modelo de família servirá ao capitalismo como geração de mão de obra para o mercado e para o desenvolvimento do trabalho doméstico responsável pela reprodução social e ao homem como sustento de sua moral, virilidade e poder, além do papel ideológico na reprodução desse espaço como “lugar de aconchego e paz”.

Outro aspecto importante dessa relação, pontuado por Álvaro (2013), é que, apesar das mudanças pelas quais a tradicional configuração familiar esteja passando e dando lugar a novas configurações familiares, a família ainda resguarda seu papel institucional, principalmente para a manutenção da tradicional estrutura da divisão sexual do trabalho e da reprodução social. Em boa parte das relações homoafetivas ainda reproduz-se o modelo da relação heteroafetivas, marcando a representação feminina e masculina na divisão sexual do trabalho doméstico e no comportamento suposto feminino e masculino.

Ainda que com o avanço da industrialização a família tenha perdido significativamente o seu caráter de unidade de produção, esse não foi eliminado totalmente, dada a permanência do trabalho doméstico não remunerado. Nesse sentido, Delphy (2009 apud ÁLVARO, 2013) a considera mais que uma unidade econômica, na verdade, pela forma como incorpora e reproduz um modo de circulação e de consumação de bens e serviços baseados na exploração das mulheres, é caracterizada como modo de produção doméstico e instituição econômica².

Além do sexo, outro aspecto de que tanto o patriarcado quanto o capitalismo se apropriaram para intensificar a relação de dominação e exploração sobre a mulher e acentuar a diferença entre os gêneros é o de raça. Para se entender as premissas dessa relação é importante considerar, de acordo com Falquet (2012 apud ÁLVARO, 2013), que as relações sociais de sexo e de raça são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, principalmente o trabalho desvalorizado e o trabalho considerado

² Por unidade de produção, Delphy (2009) considera uma célula produtiva como parte de um sistema maior. Por modo de produção doméstico ou instituição econômica, a estruturação que se dá em torno da família para fazer funcionar o modo de circulação e de consumação de bens e serviços baseados na exploração da mulher por meio do trabalho doméstico não remunerado e pelas atividades de cuidados.

feminino, os quais são considerados pela autora como “tudo que se encontra entre a extração de trabalho mediante salário e a extração de trabalhos gratuitos” (FALQUET, 2012 apud ÁLVARO, 2013, p. 35).

Nessa perspectiva, as relações sociais de sexo, raça e classe, para Kergoat (2010), são consubstanciais e coextensivas, pois a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de raça e de gênero (KERGOAT, 2010). Saffioti (2004) julga essa configuração da relação entre raça e gênero de enoveladas, ou seja, constituídas em um nó.

Souza-Lobo (2011) afirma que sexismo e racismo são questões políticas que fazem parte da nossa vida, do dia a dia das mulheres que procuram emprego, vão aos hospitais ou postos de saúde, abortam escondidas como criminosas, amam, andam pelas ruas, cuidam dos filhos. Isso significa que essas dimensões não são meras abstrações, mas são relações sociais que interferem concretamente na vida das mulheres.

Álvaro (2013) acrescenta que, por meio das apropriações advindas das relações de raça e sexo, o sistema capitalista aumenta o contingente de trabalhadores e barateia os salários, diminuindo seu custo com a mão de obra e aumentando seu lucro. Esse processo de exploração demonstra a capacidade do capitalismo de utilizar as categorias sexo e raça a seu interesse, seja em tempos de guerra, seja em tempos de crises econômicas, para aumento de seus lucros através do trabalho feminino mal pago.

Segundo a ONU, metade das migrações internacionais é feita por mulheres e que a força de trabalho dos continentes do sul é migrante, precarizada e majoritariamente feminina. Perfil predisposto para assegurar os baixos preços, o trabalho subterrâneo, invisível, frequentemente informal e, no entanto, indispensável à globalização nas metrópoles (ÁLVARO, 2013).

Passemos agora a refletir, de forma mais aprofundada, sobre um dos aspectos dessa relação social e como ela se materializa nas relações de trabalho.

3.3 A divisão sexual do trabalho

A contextualização das relações sociais aponta para a consubstancialidade entre os conceitos de trabalho e de gênero. Nesta subseção pretende-se aprofundar como a divisão sexual do trabalho materializa essa relação e como o atual sistema econômico se vale desses padrões para manter seus objetivos de mercado.

Situando a divisão sexual do trabalho nas relações sociais, Cisne (2012), citando Kergoat (1989), afirma que é historicamente marcada pela relação de produção e pela forma de organização de trabalho adotada pelo modelo capitalista de produção:

a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar de passagem que esta noção de trabalho doméstico não é nem a-histórica nem transistórica ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (KERGOAT, 1989 apud CISNE, 2012, p. 113).

A autora ainda cita que há dois princípios invariantes que marcam a divisão sexual do trabalho: a hierarquia, por agregar maior valor ao trabalho masculino em detrimento ao trabalho feminino; e a separação entre o que é trabalho do homem e da mulher, que se expressam nas desigualdades existentes, nas carreiras, nas qualificações e nos salários entre os sexos. Tanto que, historicamente, a incorporação da força de trabalho feminina no processo industrial “é marcada pela descontinuidade, pela desqualificação e pelos baixos salários” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 9).

Para Álvaro (2013), a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva acentuou a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres, caracterizadas como base estruturante da exploração e da opressão da mulher, pois no sistema capitalista o trabalho reprodutivo não remunerado ‘sustenta a “força de trabalho”, pode-se dizer então, que o modo de reprodução capitalista se apropria do trabalho reprodutivo, que em sua maioria é executado pela mulher.

Sendo parte integrante desse sistema, a invisibilidade e não valorização do “trabalho reprodutivo” da mulher gera mais valia absoluta, pois o trabalho produtivo só se mantém e se desenvolve porque tem o trabalho reprodutivo. Como parte de sua estratégia, esse sistema fará o possível para mantê-lo, fazendo com que suas contradições sejam veladas.

Souza-Lobo (2011), citando Kergoat e Hirata, afirma que

as políticas de flexibilização e de precarização do trabalho acarretaram alterações nos tipos de atividades desenvolvidas por homens e mulheres. O trabalho em tempo parcial é marcado pela informalidade dos laços empregatícios passaram a englobar um número maior de mulheres, aprofundando a desigualdade entre os sexos. (KERGOAT; HIRATA, 2007 apud SOUZA-LOBO, 2011, p.13).

A aceitação a esse tipo de vínculo dá-se, na maioria das vezes, pela falta de qualificação e pelas responsabilidades familiares e domésticas que a mulher ainda tem que

assumir (LAVINAS; SORJ, 2000 apud SOUZA-LOBO, 2011, p.13). E os discursos de flexibilização e de homogeneização da classe trabalhadora encobrem a precarização do trabalho da mulher, assim como a relação de exploração e dominação sobre a mulher.

Segundo Souza-Lobo (2011), até a década de 70 no Brasil, os estudos sobre trabalho e trabalhadores não incorporavam a mulher como sujeito do trabalho produtivo. Essa é uma questão central que nos remete à compreensão da própria construção das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho.

O objetivo da divisão do trabalho, segundo Freyssenet (1977),

reside não tanto na divisão das tarefas, mas essencialmente na separação entre concepção e execução simultânea ao estabelecimento da hierarquia, do controle e da diferenciação, simultaneamente a possibilidade, dada por sua metodologia e suas técnicas, de determinar cientificamente, e logo imparcialmente, qual o melhor trabalhador, o melhor instrumento e a melhor maneira de produzir qualquer coisa. (FREYSSENET, 1977, 1984 apud SOUZA-LOBO, 2011, p. 55).

Tais considerações revelam muitas assimetrias na divisão sexual do trabalho, as quais são estabelecidas por determinações sociais e pelos interesses do modo de produção vigente. Entre os princípios que marcam a divisão sexual do trabalho é importante demarcar as assimetrias entre trabalho pesado e trabalho leve, trabalho de homem e trabalho de mulher, trabalho valorizado e trabalho precarizado. Para Souza-Lobo (2011, p. 174), “a divisão sexual do trabalho produz e reproduz assimetrias entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação”.

As novas configurações da divisão sexual do trabalho, a partir da década de 90, revelam, segundo a autora, três características do emprego feminino que vem se consolidando em todo o mundo a partir da década de 70.

A primeira trata do processo de bipolarização, um polo majoritário e tradicional nas áreas da educação, da saúde, dos serviços, do comércio (serviço doméstico), e outro pólo minoritário constituído de profissões valorizadas, relativamente bem remuneradas e ocupadas por mulheres brancas, não imigrantes e qualificadas (médicas, engenheiras, arquitetas, jornalistas, professoras universitárias, advogadas, juízas, publicitárias etc).

A segunda trata da precarização e a da vulnerabilidade dos empregos criados, sobretudo a partir dos anos 1990, os quais se distanciam da norma de emprego estável, o trabalho informal, predominante no Brasil.

A terceira configura-se pela mercantilização dos ofícios relacionados ao *care* (cuidados), atividades estas historicamente direcionadas às mulheres no espaço privado, ou seja, na família e na casa. Souza-Lobo (2011, p. 11) chega a defini-lo como “globalização do trabalho reprodutivo”.

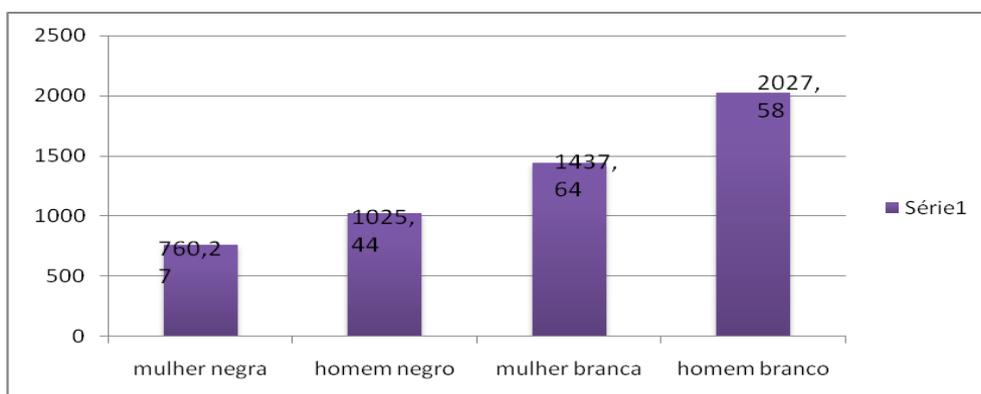
Nesse aspecto, é importante ressaltar, segundo Falquet (2012 apud ÁLVARO, 2013, p. 129), que o avanço do capitalismo possibilitou que este transformasse os trabalhos responsáveis pela reprodução ou denominados de *care* como fonte de acumulação do capital, deslocando da família para o setor privado parte do trabalho da reprodução social, como o trabalho doméstico e o cuidado com as crianças.

As características apontam algumas contradições: apesar de a mulher ter se inserido no mercado de trabalho, ter conseguido acesso a um número maior de emprego e assumido mais espaços públicos, as relações de desigualdades de gênero não foram ainda superadas, pois as mulheres ainda estão no setor secundário da economia, de forma precarizada, ocupando funções secundárias, ganhando menos que os homens e ainda assumindo o trabalho reprodutivo do cuidado com os filhos e das atividades domésticas.

Não é natural que pesquisas recentes do DIEESE (2012) apontam que as mulheres trabalham cinco horas por semana a mais que os homens. Na verdade, isso revela a dupla jornada de trabalho que as mulheres assumem atualmente.

Outra forma de perceber a desigualdade é com relação aos salários. Segundo o IBGE (2010), há uma escala hierárquica entre salários de homens brancos - mulheres brancas - homens negros - mulheres negras, em uma proporção que chega a alguns casos a até 60% de diferença entre homens e mulheres ocupando o mesmo posto, como mostra o Gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1: Rendimento médio segundo raça e sexo - Brasil, 2010



Fonte: IBGE, Microdados PME. Tabulações LAESER, 2010.

O Gráfico 1 revela, além da desigualdade de gênero, uma desigualdade de raça e, veladamente, uma desigualdade de classe, reafirmando o que Kergoat (2010) e Saffioti (2004) apontam como interdependentes.

Souza-Lobo (2011), sobre a relação de gênero e trabalho, percebe que vários caminhos conduziram para a formação histórica e cultural das relações de trabalho, principalmente no aspecto da subjetividade.

A construção de gênero e trabalho, portanto, estabelece uma relação consubstancial que se materializa nas práticas discursivas. Tendo em vista que gênero e trabalho são conceitos históricos e construídos nas relações sociais, pode-se dizer que estão sujeitos às mudanças, assim como todo signo ideológico e linguístico, os quais incorporam as marcas do *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinado (BAKHTIN, 2006).

Cabe aqui ressaltar o papel que as instituições e as coletividades têm na legitimação ou negação de certos conceitos e identidades sociais, daí a importância que os processos discursivos passam a exercer na modernidade como “instrumento de reflexão, interpretação, e compreensão da vida social” (MOITA LOPES, 2003b, p. 21-22), assim como mostra que nessa relação não somos sujeitos passivos, mas também ativos, como agentes capazes de reconstruir o mundo a partir de outras bases discursivas e de significados.

Sobre essa relação, Foucault (1979) diz que o poder atravessa as relações sociais cotidianas sobre forma de micro poderes em todas as direções, afetando nossas identidades sociais de gênero, sexualidade, raça, classe social, idade, profissão etc. Aprofundando a relação entre sujeito, identidade e discurso, Gee (1990 apud MOITA LOPES, 2003b) afirma que cada “um de nós é membro de muitos discursos, e cada discurso representa uma de nossas múltiplas identidades”. Desse modo, sujeito e discurso são interdependentes, impossível pensar um sem outro, e “todo ato discursivo se dirige a alguém e toda prática discursiva é situada no mundo sócio histórico e cultural em que ocorre” (MOITA LOPES, 2003b, p. 22).

Aprofundando as considerações aqui reunidas, constata-se ao longo desse percurso a confluência entre linguagem, trabalho e gênero como conceitos construídos historicamente e reproduzidos através das relações sociais. Isso possibilita reafirmar as ações realizadas no *site* dos catadores de materiais recicláveis como prática discursiva, onde vislumbram-se perspectivas de relações de trabalho e de gênero, baseadas nos princípios da reversibilidade: seja de libertação, justiça, igualdade, coletividade e de direito, seja de precarização, exploração, negação de direitos ou de sexismo. Os próximos capítulos pretendem dar conta dos traços dessa relação a partir da construção da análise das práticas discursivas do MNCR.

4 O SITE DO MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR)

Este capítulo tem por objetivo apresentar o *site* do movimento dos catadores, descrever minuciosamente sua estrutura organizativa e identificar as ações que o constituem. E para falar do *site* pelo qual se expressa o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, faz-se necessário e relevante adentrar no universo histórico, social e organizativo desse movimento, abordando sobre seu surgimento, sobre o trabalho que realizam e sobre os sujeitos que assumem a identidade de catadores.

4.1 Universo histórico, social e organizativo dos catadores de materiais recicláveis

Para se chegar a uma análise das práticas discursivas sobre relações de trabalho e de gênero do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, fez-se um levantamento de informações acerca desse movimento em materiais impressos, em relatos de algumas lideranças do movimento, em sistematizações de trabalhos com catadores e em documentos publicados no próprio *site*.

Sobre os trabalhadores que assumem a identidade de catadores, constata-se que estes encontram na coleta de materiais recicláveis um meio de produzir e gerar renda, de se inserir no universo do trabalho e de reconstruir suas relações sociais. Apesar da prática da catação existir há mais de cinquenta anos, as atividades organizadas de coleta, seleção, beneficiamento e reaproveitamento dos resíduos sólidos no Brasil são relativamente recentes e vêm aumentando nos últimos 15 anos, como consequência de fatores sociais, econômicos e ambientais intensificados pelo processo de exclusão social no Brasil, pela não absorção de mão de obra pela indústria, pelo esgotamento de recursos não renováveis e avanço da indústria da reciclagem. Por outro lado, destaca-se a organização política dos catadores e do conjunto de políticas públicas desenvolvida para a categoria durante esse período.

Em todo Brasil, segundo o censo de 2010 realizado pelo IBGE, 400 mil pessoas se declararam como catadores de resíduos sólidos. Para o MNCR, o número ultrapassa 800 mil pessoas. No estado do Pará existem 15 grupos entre cooperativas e associações. Na cidade de Belém, há três organizações de catadores articuladas ao MNCR, as quais são cadastradas como bases orgânicas e desenvolvem o trabalho de coleta seletiva nas ruas, estabelecimentos comerciais e órgãos estaduais e federais (CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NORTE 2, 2008).

Considerados uma categoria de trabalhadores recentemente reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupação – CBO, a maioria entrou no ciclo da catação pela falta

de oportunidades no mercado de trabalho, de forma informal e precária, tem baixa escolaridade, pouca qualificação profissional e mora nos bairros mais periféricos da cidade. Por muito tempo viveram, e alguns ainda vivem, na invisibilidade do subemprego, marcados por uma relação precária e exploradora de trabalho e expostos às vulnerabilidades sociais.

O trabalho organizado da catação, segundo Silva (2006), constrói-se num cenário de intensas crises sociais, visualizadas principalmente nos grandes centros urbanos a partir da década de 80, como o desemprego, o crescimento urbano desordenado e pauperização da população, que levam para as ruas uma grande quantidade de pessoas, formando um número expressivo de população de rua, contingente de pessoas que utilizam as ruas como espaço de vida e subsistência, principalmente nas grandes capitais. À crise social, juntam-se as mudanças no mundo do trabalho, a precarização das relações trabalhistas, a mão de obra volátil, a liberalização da economia, a degradação dos recursos naturais e a necessidade de novas institucionalidades que apontassem respostas para as demandas surgidas e para a organização de novos sujeitos como trabalhadores.

Cenário que, segundo Silva (2006), marca a iniciativa na década de 80 de um grupo de religiosas que desenvolviam um trabalho social junto à população de rua de São Paulo, com a coleta de resíduos sólidos como papelão, plásticos, vidros, latas, alumínio em vários pontos da cidade. Os materiais coletados eram comercializados com intermediários antes de seguirem para as indústrias. A partir dessa iniciativa em São Paulo, no ano de 1985, é criada a primeira Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis, que frente à interdição da administração municipal, mobilizou diversas pessoas pelas principais ruas da cidade, pautando o direito da circulação dos carrinhos dos catadores pelo centro da cidade. Após quatro anos, tem-se a criação da primeira da Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis Ltda. (COOPAMARE) - passando a funcionar em um terreno cedido pela prefeita Luíza Erundina.

Silva (2006) acrescenta ainda que na década de 90 iniciativas parecidas foram criadas em outras regiões e capitais brasileiras, a exemplo de uma das maiores cooperativas de catadores do Brasil, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Recicláveis (ASMARE), em Belo Horizonte.

Esse conjunto de iniciativas corrobora para a constituição do MNCR, movimento caracterizado por Silva (2006) como um dos mais complexos da atualidade:

Assim começa a história do que hoje representa um dos movimentos mais complexos e de amplitude na arena política brasileira: o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Movimento que desde o ano de 2001, quando

foi estruturado nacionalmente, agrega mais de 300.000 catadores, do universo de aproximadamente 600.000 catadores em todo o território nacional e não só: atualmente o intercâmbio do MNCR ultrapassa os limites territoriais geográficos brasileiros e consolida parcerias com países da América Latina, como por exemplo, a Federação Ecológica de Cartoneros e Recicladores, na Argentina (SILVA, 2006, p. 12).

O 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis ocorrido na cidade de Brasília, no Distrito Federal, em junho de 2001, foi, portanto, o momento consagrador da organização dos catadores. Organização essa que já comemora seus 14 anos e se espalha pelo Brasil e pelo mundo. A metodologia de realização de congressos foi fundamental na construção de um marco de orientação do movimento. Do primeiro congresso deliberou-se a Carta denominada “Pelo fim dos lixões: reciclagem feita pelos catadores: já!”. Essa carta continha pautas que constituiriam mais adiante as diretrizes e as reivindicações do MNCR, dentre as quais Silva (2006) destaca as propostas de ações do MNCR em relação ao Poder Executivo, à cadeia produtiva da reciclagem e à cidadania dos moradores de rua.

As pautas reivindicativas, as diretrizes e os objetivos constituem o marco orientativo para a organização de associações e cooperativas. Nele o MNCR reafirma seis princípios: a auto-gestão e organização, a democracia direta, a ação direta e popular, a independência de classe, o apoio mútuo e a solidariedade de classe. Esses princípios estão voltados para a valorização do trabalho do catador e a libertação do jugo da exploração e expressam-se como principais bandeiras do movimento. A cada congresso as pautas são reafirmadas ou redimensionadas de acordo com as necessidades e ampliação da ação política do movimento.

Os princípios, na verdade, resgatam a proposição das iniciativas de trabalho coletivo que ganharam espaço na Europa no final do século XIX e no Brasil a partir da década de 80, com a criação de um grande movimento de cooperativismo. O grande objetivo dessas iniciativas era resgatar o valor do trabalho para homens e mulheres por meio de práticas coletivas e no exercício de novas relações mediadas pelo trabalho que apontavam para um processo de resistência ao modelo imposto pelas bases do sistema econômico capitalista.

Desde a constituição do movimento, catadores de todo o Brasil vem construindo um trabalho de organização, mobilização, formação junto aos catadores desorganizados ou em processo inicial de organização, assim como vem pautando nacionalmente um conjunto de políticas públicas voltado para a categoria.

Entre as estratégias de constituição, organização e de propagação de ideias adotadas pelo movimento destaca-se a criação de um *site* na internet, cujo endereço é www.mnrc.org.br. A construção desse *site* configura-se um passo significativo para

legitimação do movimento, seja pelo seu caráter de difusão de informação, entre elas a divulgação de seus princípios, seu trabalho, sua luta e as conquistas alcançadas, seja pelo seu caráter político pedagógico de inserir o catador em ambientes virtuais. O *site*, dessa forma, constitui-se, tanto para um público interno, pertencente ao movimento, quanto para o público externo, muito mais que um mero instrumento de comunicação.

4.2 O *site* do MNCR como canal de informação e ação de linguagem

Segundo Charaudeau (2006), a construção de *sites* se situa num universo maior, o universo da mídia, que, segundo o autor, caracteriza-se por uma finalidade ambígua, em geral, ao pretender, simultaneamente, passar informações e cativar o receptor dessas informações. Essa ambiguidade aparece fortemente na mídia publicitária, onde a necessidade de vender o produto é prioritária.

Esse espaço, assim como a maioria de outras páginas na internet, cumpre a princípio, a funcionalidade de difundir informações. Sendo um *site* do MNCR, naturalmente divulga informações sobre o movimento, como seus princípios, trabalho, lutas, conquistas alcançadas e as ações que os catadores vem desenvolvendo em todo Brasil. Por meio desse espaço interagem diversos sujeitos, como os catadores, cooperativas e associações de catadores, organizações sociais, movimentos sociais, poder público e outros.

As primeiras postagens do *site* do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis constam do ano de 2005, quatro anos após o surgimento do movimento. Ao longo desse período, passou por algumas remodelações, seja para atender às Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo *Web*, seja para aproximar mais o catador desse espaço de construção e interação.

Esse conjunto de ações de construção e alimentação do *site* não é aleatório, revela um fazer do movimento, como forma de instituir-se politicamente no campo dos movimentos e organizações sociais. Todos os recursos mobilizados no *site* legitimam de alguma forma sua prática, apresentando o catador como o sujeito do processo de organização e de luta.

Traçando um olhar no sentido vertical e horizontal da página inicial do *site*, percebe-se um universo de informações e imagens, construído por meio de textos verbais e não verbais justapostos, que podem ser constatados na descrição das três partes da página inicial do *site*, acompanhadas pelas imagens capturadas por meio de *Print Screen* correspondentes a cada uma.

Figura 1: Parte superior da página inicial do site do MNCR



Fonte: <http://www.mnrc.org.br>. Acesso em: 06 ago. 2015.

A Figura 1 apresenta a primeira parte do site, na qual estão informações extremamente relevantes acerca do movimento. Na parte superior e central da página, tem-se uma imagem de uma das ações do movimento, na qual aparecem catadores e catadoras caracterizados com blusas, bonés e bandeiras do movimento. Sobrepondo-se a essa imagem, à esquerda, encontra-se o símbolo do movimento, no centro encontra-se o enunciado *Lutar, criar, Reciclagem Popular!* À direita do canto superior encontram-se três links denominados respectivamente *Mapa do site*, *Acessibilidade* e *Contato*. Abaixo, encontra-se o *link buscar no site*. No canto inferior à direita o *link Acessar*.

Abaixo dessa imagem encontram-se oito abas dispostas horizontalmente. Nesse conjunto de abas estão registradas todas as informações acerca do movimento e postas para publicação no *site*. Cada aba tem um nome e agrupa um conjunto de informações representado e acessado por *links*.

A primeira aba corresponde à página inicial. É o portal de entrada do *site*. Nela estão em destaque informações relevantes e atuais do movimento, como notícias, reportagens, publicações e *links* de acesso e mídias.

A segunda aba denominada *Sobre o Movimento* é composta de seis *links*: O que é o movimento?; Sua história; Princípios e objetivos; Organização interna; Notas e declarações e Dúvidas frequentes. O *link* *O que é o movimento?* Descreve o movimento, apresenta seus objetivos, sua missão e seus princípios. O *link* *Sua história* faz uma breve contextualização de como surgiu o movimento, enfatizando o 1º Congresso Nacional dos Catadores, o Congresso

Latino e a Marcha em Brasília. O *link* Princípios e objetivos apresenta os quatro artigos e os seis princípios que orientam a organização e a prática do movimento. O *link* Organização interna, descreve o perfil e o formato de organização do movimento, apresentando seu organograma. O *link* Notas e declarações apresenta um conjunto de manifestos, cartas, notas de apoio e de repúdio, disponibilizados em três páginas. Por meio desses documentos, o movimento se posiciona frente a determinados fatos, questões, temas sociais e políticos. O *link* Dúvidas frequentes abre onze perguntas que aprofundam e esclarecem aos catadores e a visitantes algumas questões relacionadas ao movimento. Esse suporte é conectado às redes sociais como *Twitter*.

A terceira aba denominada Notícias é composta de seis *links*: Notícias nacionais; Blog Sul; Blog Centro-oeste; Blog Nordeste; Blog Sudeste; Blog Norte. O *link* Notícias nacionais apresenta um histórico das principais notícias de caráter nacional veiculadas no *site*. Estão organizadas em doze páginas. Os cinco *links* correspondentes aos Blogs das cinco regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Centro-oeste, Nordeste e Norte) apresentam notícias dos principais acontecimentos e ações do movimento nessas regiões.

A quarta aba denominada Setores é composta de seis *links*: Programa de luta; Mulheres Catadoras; Contra a Incineração; Reciclagem Popular; Educação; Direitos Humanos. O *link* Programa de luta apresenta as principais lutas encampadas pelo movimento, como o desenvolvimento de suas bases orgânicas, a atenção às crianças, a participação das mulheres, a saúde dos catadores, inovações tecnológicas, a valorização dos catadores e o desenvolvimento da coleta seletiva solidária, o combate à incineração e aos lixões a céu aberto. O *link* Mulheres Catadoras apresenta um conjunto de cartas, notícias e reportagens que destacam a mulher catadora. O *link* Contra a Incineração apresenta materiais, reportagens, notícias, documentários referentes à campanha nacional contra a queima dos resíduos. O *link* Reciclagem Popular apresenta um conjunto de notícias, reportagens e artigos que põe em pauta a reciclagem popular como modelo autossustentável e praticado pelos catadores. O *link* Educação apresenta iniciativas de educação popular desenvolvidas pelos e com os catadores de materiais recicláveis. O *link* Direitos Humanos compartilha notícias, cartas, manifestos que destacam os catadores na luta por melhores condições de trabalho, direitos previdenciários, de inclusão social e outros.

A quinta aba denominada Multimídia é composta de cinco *links*: Tv MNCR; Áudio; Vídeo; Galeria de fotos; *Links* indicados. O *link* Tv MNCR disponibiliza programas gravados e registros em áudio-visual de entrevistas, reportagens sobre os principais temas e ações desenvolvidas pelo MNCR. O *link* Áudio aciona a rádio catador; o *link* Vídeo apresenta três

vídeos documentários, dois produzidos pelo MNCR sobre os catadores e um sobre os discursos de Evo Morales e do Papa Francisco. O *link* Galeria de fotos apresenta em álbuns imagens das atividades realizadas pelo movimento. *Links* indicados sugere *links* que de alguma forma se relacionam com a proposta do MNCR.

A sexta aba denominada Biblioteca é composta de três *links*: Formação Política; Legislação e Publicações *on-line*. O *link* Formação Política compartilha materiais destinados à formação política dos catadores, como cartilhas, cadernos e outros. O *link* Legislação apresenta os decretos federais, estaduais e municipais que instituem a coleta seletiva nesses órgãos, e um conjunto de documentos de caráter orientativo destinado às organizações de catadores. O *link* Publicações *on-line* disponibiliza 23 documentos em formato PDF entre edições do jornal organizado pelo MNCR, manuais, declarações, cartazes, panfletos, folder, cartilhas e relatórios.

A sétima aba, denominada Artigos, é composta de oito páginas, cada uma contendo 20 artigos. Trata-se de informações, pesquisas, reportagens, entrevistas produzidas tanto pelo setor de comunicação do MNCR, quanto por pesquisadores externos e instituições sociais.

A oitava aba, denominada Agenda, contém marcados no calendário os eventos ocorridos e os previstos. Por exemplo, no dia sete de junho do corrente ano está registrado o evento do Aniversário dos 14 anos de luta do MNCR.

Ainda correspondente à primeira imagem, abaixo das abas descritas, no canto direito encontra-se quatro links que dão acesso respectivamente ao twitter e ao facebook do MNCR. Os outros dois destinam-se à conexão com o correio eletrônico do MNCR.

Figura 2: Parte central da página inicial do site do MNCR

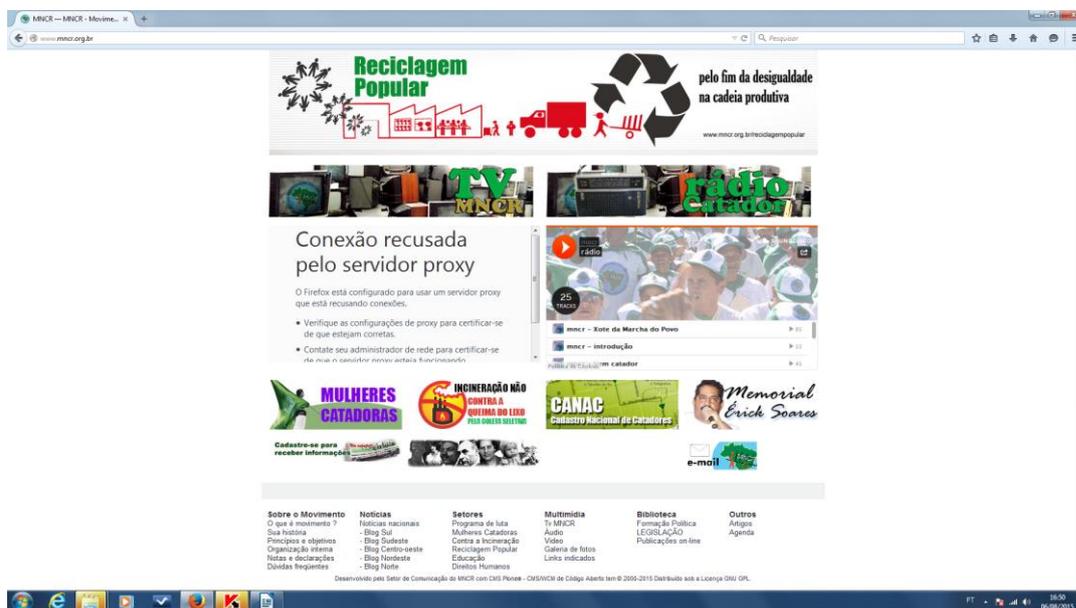


Fonte: <http://www.mnccr.org.br>. Acesso em: 06 ago. 2015.

O final da Figura 1 e a Figura 2 apresentam o meio da página do *site*, marcado por informações recentes e que se destacam do conjunto das postagens, pois têm um tamanho diferenciado das demais. Dispostos paralelamente tem-se o abaixo-assinado contra o PL 639/2015 que legaliza a incineração de lixo no Brasil e a ação de mobilização dos catadores realizada no Rio Grande do Sul. Abaixo, há um slide de imagens correspondente aos últimos acontecimentos, eventos de que o movimento participou, ou que organizou e/ou protagonizou, assim como dá ênfase a fatos e às reportagens e notícias relevantes. Nele encontra-se a reportagem sobre a comemoração dos 14 anos de luta do MNCR, uma nota em memória à catadora Selma e uma nota de repúdio à violência misógina praticada contra a Presidenta Dilma.

Na sequência dos destaques, é possível identificar outras ações realizadas pelos catadores de materiais recicláveis em diversas cidades brasileiras, a carta do 2º Encontro Mundial de movimentos Populares ocorrido em Santa Cruz na Bolívia e a mensagem do Papa Francisco aos Movimentos Populares.

Figura 3: Parte inferior da página inicial do site do MNCR



Fonte: <http://www.mnrc.org.br>. Acesso em: 06 ago. 2015.

A Figura 3 apresenta a parte inferior do site, na qual se põe em destaque materiais e suportes criados pelo movimento, como a chamada do setor Reciclagem Popular por meio de seu slogan que ocupa de forma horizontal toda faixa e abaixo, dispostos paralelamente, encontra-se a Tv MNCR e a Rádio Catador.

Em sequência, tem-se organizadas de forma horizontal quatro imagens correspondentes a quatro *links* postos como destaques: o setor das mulheres catadoras, o setor

contra a incineração, o *link* CANAC, que permite o cadastramento *on-line* dos trabalhadores catadores, o *link* Memorial Éric Soares.

O penúltimo conjunto de informações situa-se em forma horizontal e em imagens menores. Configura-se como informações extras, o *link* Cadastre-se disponibilizado ao usuário para cadastrar-se e receber informações, ao lado o *link* Mártires da luta popular, no qual pode-se acompanhar a história de seis pessoas que o movimento respeita e toma como referência de luta. No canto à direita tem-se o *link* E-mail para comunicação direta com o movimento.

Finalizando a estrutura do *site* tem-se um resumo dispostos em seis colunas do mapa do *site* e a informação sobre o licenciamento do *site* que demarca o período de 2000-2015.

Por meio da análise da disposição, da organização e da finalidade de cada *link* e documento que compõe o *site*, é possível entrever conjuntos de ações que reafirmam campos de posicionamentos e que ao mesmo tempo interagem e se complementam: ações de caráter pedagógico, panfletário, de orientação jurídica, de formação, divulgação e autoconstituição, por exemplo.

Cada conjunto de ações revela características, finalidades, certas regularidades e sujeitos enunciadores e enunciatários. Nesse conjunto de possibilidades, esta pesquisa restringir-se-á às ações de autoconstituição, de formação e de divulgação, pelo fato das três destacarem-se como de grande importância para a consolidação do movimento de catadores.

A descrição das ações abaixo tenta delimitá-las e caracterizá-las, mostrando como se realizam no *site*, identificando função e objetivo, o público a que se direcionam e materiais, nos quais podem ser encontradas:

- 1) **ações de autoconstituição do movimento** – identificadas como aquelas que reafirmam a existência do movimento, que apresentam sua proposta, seu desenho organizativo, bem como seus objetivos e seus princípios, além de apresentarem as orientações aos sujeitos da organização, ações direcionadas ao sujeito catador e reconhecidas nos seguintes documentos: Declaração de Princípios de Objetivos do MNCR; Folder Institucional do MNCR; Panfleto Organiza Catador e no Relatório do Encontro dos 700 em Brasília;
- 2) **ações de formação** - identificadas como as ações que objetivam instruir, formar e capacitar o sujeito da organização, direcionadas aos catadores em processo de organização no movimento e reconhecidas nos seguintes documentos: panfleto de

sensibilização para o incentivo de participação dos catadores no movimento; cartilha denominada “Os direitos humanos e os catadores de materiais recicláveis”; cartilha de formação do MNCR, edição 2005 e cartilha de formação do MNCR (nova) edição 2009; bem como o acervo de legislação, disponível no *link* Legislação, na aba biblioteca.

- 3) **ações de divulgação do movimento** – identificadas como as ações que dão a conhecer o movimento e sua ação em sociedade, portanto direcionadas ao público em geral, como forma de garantir visibilidade ao que o movimento faz, ações reconhecidas nos seguintes documentos: notícias apresentadas na terceira aba, acessadas diretamente ainda na página inicial; notícias nacionais expressas no *link* “notícias nacionais”, disponíveis também na aba notícias; notícias das regiões disponíveis nos *blogs* correspondentes a cada região do Brasil; no “Jornal de catador para catador”³; os *links* da “TV MNCR” e da “Rádio Catador”, o cartaz de campanha pelo direito à cidade; o panfleto de coleta seletiva porta-a-porta; assim como os materiais das campanhas em destaque e dos principais eventos.

As ações acima descritas, autoconstituição, formação e divulgação, não só definem melhor o caráter do movimento de catadores, como também determinam a construção discursiva de relações de trabalho e de gênero efetivadas pelo movimento. A dimensão que ganham tanto na estruturação quanto na enunciação do *site* permite analisá-las como práticas discursivas.

Enquanto práticas discursivas, é importante ressaltar que são marcadas por uma heterogeneidade discursiva, já que alguns materiais assumem mais de um caráter. Com os documentos de autoconstituição, esse processo ocorre em três direções: a Declaração de princípios e objetivos pode apresentar-se como ação de formação; o Folder institucional, como ação de formação e de divulgação; o Panfleto “organiza catador”, apenas como ação de divulgação. Com os documentos de formação, o processo ocorre em uma única direção: tanto a Cartilha de formação direitos humanos e os catadores de materiais recicláveis quanto as Cartilhas de formação MNCR 2005 e MNCR 2009 podem apresentar-se como ação de autoconstituição. Com os documentos de divulgação, visualiza-se apenas uma possibilidade:

³ Jornal composto de 12 edições produzido pelo setor de comunicação do MNCR entre agosto de 2005 a dezembro de 2010.

somente as notícias podem apresentar-se como ação de formação, pois tanto o cartaz do IV Encontro Nacional de Mulheres Catadoras e o panfleto de sensibilização de coleta seletiva porta-a-porta caracterizam-se apenas como ação de divulgação.

Essa classificação mostra que um único material pode vincular-se a mais de uma ação, apresentando uma predominância maior em alguma delas. Como exemplo, tem-se o folder institucional que, embora classificado pela função de constituição, revela ações tanto de formação quanto divulgação do movimento. Já outros materiais estão relacionados a uma única ação, já que são bem direcionados à ação que se destinam, é o exemplo do panfleto de sensibilização de coleta seletiva porta-a-porta, que se mostra específico da ação de divulgação.

É importante ressaltar que a maioria dos materiais se situa entre duas das funções aqui determinadas, como se pode observar na declaração de princípios e objetivos do MNCR, no panfleto “organiza catador”, nas três cartilhas destinadas à formação e nas notícias. Das ações expressas, os documentos se situam mais em ações de autoconstituição e de formação. Talvez isso evidencie a maior necessidade do movimento e o objetivo maior da proposta do *site*, informar, formar e demarcar espaço político.

4.3 Metodologia de organização e análise do *site* do MNCR

Entre algumas possibilidades de caminho para se definir uma base metodológica de análise desta pesquisa, buscou-se um fio que alinhavasse pressupostos, questões, conceitos, categorias de análise, *corpus* e expectativas de dizer. Tecnicamente, focou-se nos eixos norteadores que marcam os pressupostos e os objetivos inicialmente destacados. Para que se possa adentrar no universo do discurso do MNCR, toma-se como base a concepção de prática discursiva defendida por Maingueneau (2005) e Charaudeau e Maingueneau (2014). A análise identificará e relacionará as formações discursivas, as restrições semânticas mobilizadas em cada formação discursiva, os suportes linguísticos, interdiscursivos, intersemióticos e as comunidades discursivas que interagem em cada espaço discursivo.

A análise seguirá didaticamente o percurso das formações discursivas (FD's) destacadas como relevantes e configuradas como objeto desta pesquisa, primeiramente as relações de trabalho (RT) e depois as relações de gênero (RG). Em ambas serão analisadas as práticas discursivas (PD's), a partir das quais delimitou-se os materiais do *site* e o *corpus* desta pesquisa: autoconstituição, formação e divulgação. Em cada conjunto de ação serão demarcados os sujeitos (S) enunciantes e os que se revelam no processo de enunciação, assim como serão destacados os interdiscursos (I), ou seja, os outros discursos com os quais se

relaciona o discurso do catador. Ainda em cada ação destacar-se-á a prática intersemiótica (PI) que as marcam.

Para a análise das categorias acima destacadas, mapeou-se enunciados, vocabulários e imagens acionados nos documentos que giram em torno das palavras “trabalho” e “gênero”, e que de alguma forma constituem uma rede interdiscursiva e revelam sujeitos. Em cada formação discursiva, tenta-se situar os elementos historicamente por meio da relação que podem estabelecer com fatos políticos, históricos, sociais e projeções positivas e negativas de relações sociais de trabalho e de gênero, (re)constituindo a rede interdiscursiva que marca a ação do movimento pelo *site*. As análises de cada relação estudada serão sistematizadas em um quadro síntese.

Para desenvolver a análise das práticas discursivas identificadas como relevantes no *site*, constituiu-se um *corpus* da pesquisa, selecionado da diversidade de materiais que marcam cada ação de linguagem do movimento nesses espaços discursivos.

4.4 Apresentação do *corpus*

O *corpus* de análise utilizado corresponde a um conjunto de materiais expostos e publicados no *site* do movimento desde que este foi constituído até os dias atuais. Os documentos têm funcionalidade, caráter e formato diversos, como declarações, cartilhas de formação, panfletos, cartazes, notícias e outros. Tendo em vista a densidade, quantidade e variedade desses documentos, o acervo selecionado constitui-se de 10 materiais, os quais se destacam por apontarem questões relevantes acerca das relações de trabalho e de gênero no movimento. Desse conjunto, analisam-se três que revelam ações de autoconstituição, três ações de formação e quatro de divulgação. Na escolha desses materiais levou-se em consideração os que o movimento assina como de sua autoria, os que preferencialmente contém imagens e textos e foram impressos e veiculados pelo movimento em suas bases orgânicas.

Seguindo o caráter das três ações, abaixo, segue uma breve apresentação e descrição dos materiais, podendo vê-los em toda sua extensão nos anexos desta pesquisa e nos endereços indicados:

A) Materiais de autoconstituição:

1. a declaração de princípios e objetivos do MNCR – material em formato PDF de duas páginas disponível no *site* do movimento, no qual se apresentam os princípios do movimento em quatro artigos de orientação às bases orgânicas. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/principios-e-objetivos> (ver anexo A, p. 81).

2. folder institucional do MNCR – material em formato PDF composto de 8 páginas, produzido pelo movimento e direcionado tanto aos catadores como à sociedade em geral. Contém a história, os princípios e as lutas e reivindicações do movimento (ver anexo B, p. 83).
3. panfleto “Organiza catador” de sensibilização para o incentivo à participação dos catadores no movimento – material em PDF, frente e verso, produzido pelo movimento e direcionado para a categoria dos catadores em geral (ver anexo C, p. 91).

B) Materiais de formação:

4. a cartilha de formação denominada “Os direitos humanos e os catadores de materiais recicláveis” – material em formato PDF de 28 páginas, produzida pelo MNCR e pelo PANGEA - Centro de Estudos Socioambientais, em 2008, com objetivo de subsidiar a formação dos catadores e catadoras. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-direitos-humanos-e-catadores> (ver anexo D, p. 93).
5. cartilha de formação do MNCR edição 2005 – material em formato PDF contendo 76 páginas, produzido pelo movimento e direcionado aos catadores. Contém a história, os princípios e as lutas e reivindicações do movimento, assim como orientações pedagógicas de organização e informações sobre os mártires populares. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-formacao-nacional-do-mncr-2005> (ver anexo E, p. 94).
6. cartilha de formação do MNCR edição 2009 “Caminhar é resistir” – material em formato PDF contendo 60 páginas, produzido pelo movimento e direcionado aos catadores. Contém a história, os princípios e as lutas e reivindicações do movimento, assim como orientações pedagógicas de organização e informações sobre os mártires populares. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-direitos-humanos-e-catadores> (ver anexo F, p. 95).

C) Materiais de divulgação:

7. panfleto de sensibilização da coleta seletiva porta-a-porta – material em PDF, frente e verso, produzido pelo movimento e direcionado para a população com objetivo de sensibilizá-la para a colaboração com o trabalho do catador e da catadora (ver anexo G, p. 96).

8. notícia **Mulheres são maioria entre Catadores organizados (29/10/2013)**. Disponível no *link* Últimas notícias: http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas (ver anexo H, p. 98).

9. notícia **Negros e negras são maioria entre os catadores de materiais recicláveis (19/11/2013)**. Disponível no *link* Últimas notícias: http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/negros-e-negras-sao-maioria-entre-os-catadores-de-materiais-reciclaveis (ver anexo I, p. 100).

10. cartaz produzido sobre o IV encontro das mulheres catadoras, material em formato PDF que faz a chamada do encontro e socializa a ação desenvolvida pelas catadoras de materiais recicláveis (ver anexo J, p. 101).

Estes materiais subsidiarão a análise seguinte. Ressalta-se que os documentos mais densos, como as cartilhas, podem ser consultadas no *site* por meio do endereço indicado. No anexo consta apenas a imagem da capa e o respectivo endereço.

5 AS PRÁTICAS DISCURSIVAS NO *SITE* DO MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR)

Este capítulo centrar-se-á na análise das práticas discursivas identificadas no *site* do movimento de catadores. A proposta é analisar a construção discursiva de relações de trabalho e de gênero no *site* do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), buscando respostas para duas perguntas centrais: Que comunidades discursivas se constituem nessas práticas? Que formações discursivas sobre relações de trabalho e gênero são assumidas por essa comunidade?

O percurso feito até aqui foi de fundamental importância para que se possa estabelecer as relações das categorias que sustentam a noção de prática discursiva apontadas por Maingueneau (2005) e a ação do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.

O processo de análise divide-se em duas seções. A primeira analisa as relações de trabalho e a segunda analisa as relações de gênero. Ambas centram-se nas práticas discursivas de autoconstituição, de formação e de divulgação identificadas nos documentos selecionados do *site* do movimento.

5.1 As relações de trabalho nas práticas discursivas do MNCR

A construção discursiva das relações de trabalho do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis constitui uma teia de sentidos complexa, profunda e desafiadora marcada pela heterogeneidade e pelas relações interdiscursivas estabelecidas em seu processo de constituição a partir da relação dialética com o sujeito, a organização e a sociedade.

5.1.1 Relações de trabalho e ações de autoconstituição

As ações identificadas como autoconstituição sinalizam para um movimento que se sustenta sobre seis princípios, os quais funcionam como baliza de organização: auto-gestão, democracia direta, ação direta, independência e classe, apoio mútuo e solidariedade de classe. Esses princípios perpassam o conteúdo dos três documentos analisados, sendo expostos especificamente na declaração de princípios e objetivos do MNCR. Todos articulam-se entre si e reafirmam o trabalho como ação essencial na vida do catador, pois cada um especifica uma dimensão das relações de trabalho desse grupo social.

Essa constatação remete à relação que Engels (1896/2013) defende acerca do papel do trabalho na vida do homem para o qual o trabalho estabelece uma relação interdependente entre homem, natureza e sociedade. Os catadores, de uma certa forma, redirecionam esse

tripé, já que é pelo trabalho que o catador constitui-se como uma categoria de trabalhador e como sujeito social.

Os princípios se situam no marco histórico de luta e conquista dos trabalhadores em geral e ajudam a configurar a ação de organização dos catadores como alternativa à situação de exploração e precarização do trabalho, assim como apontam novas possibilidades de organização pelo trabalho além das consagradas em sindicatos. As cooperativas, nesse sentido, aparecem como espaço de organização e construtoras da base do movimento. Dialogando com o histórico feito por Silva (2006) sobre o surgimento do MNCR, as cooperativas tornam-se mais que uma alternativa frente ao cenário de exclusão social no Brasil, não só para os catadores como para outros grupos de trabalhadores emergentes.

A enunciação se efetiva em formações discursivas constituídas no seio das contradições que acompanham historicamente as relações de trabalho: dignidade e exploração. De um lado é possível perceber a predominância da relação de cooperação, baseada nos princípios do cooperativismo e da autogestão, de outro uma relação hierárquica entre patrão-empregado, característica do sistema capitalista de produção. Essa contraposição se pode observar no artigo 1º da declaração de princípios e objetivos do movimento, que enfatiza os princípios *de auto-gestão e democracia direta*:

O movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis trabalha pela auto-gestão e organização dos catadores através da constituição de bases orgânicas, em que a participação de todos os (as) catadores (as) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com a Base Orgânica, com um critério de democracia direta em que todos tem voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo (Declaração de princípios e objetivos do MNCR, Artigo1º, p. 01. Anexo A).

A *democracia direta* defendida pelo MNCR se situa na contramão da democracia representativa. Propõe a participação coletiva e direta dos catadores nos espaços de decisão definindo por consenso ou pela posição da maioria. Isso revela um processo de construção e compartilhamento das responsabilidades e de poder entre os catadores.

A *ação direta popular* se situa como outro caminho de acesso às políticas públicas e aos direitos, diferentemente do processo do empreguismo, do apadrinhamento e do atrelamento com os governos, instituições e órgão públicos. Os catadores criam por meio do protagonismo e da auto-organização um ciclo de intervenção social que vai da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento e do movimento para a sociedade. Nesta relação percebe-se o movimento assumindo um papel de intermediador com a sociedade e os espaços de poder, como é possível constatar na página 4 do folder

institucional: *Acreditamos na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade.* (Folder institucional do MNCR, p. 04. Anexo B).

Outro princípio relevante e que integra as balizas do movimento é o da *independência de classe*, apresentando os catadores como sujeitos organizados e capazes de construir uma relação de autonomia em relação aos partidos políticos, aos governos e empresários.

Como forma de complementar a independência de classe, destaca-se o princípio de *solidariedade de classe*. Essa solidariedade é incorporada como princípio histórico de unidade das lutas dos trabalhadores. Aponta para uma unidade entre os catadores com outros sujeitos (sem terra, sem teto, indígenas, quilombolas, trabalhadores assalariados e outros) que se situam na denominada classe de trabalhadores, que de alguma forma lutam contra a opressão e a exploração da classe que detém os meios de produção no sistema capitalista.

A forma de tratamento “companheiros” que o movimento constrói entre um catador e outro revela essa rede de solidariedade entre os movimentos, como se pode observar na chamada *companheiros, força na luta!* exposta no panfleto de sensibilização da profissão do catador.

Os princípios de organização ajudam a compor o perfil do sujeito do movimento, que não basta ser catador para pertencer a ele, mas que precisa fundamentalmente se perceber como sujeito político nessa relação de trabalho. A incorporação desses princípios no dia a dia do catador é um passo significativo para o alcance da organização e da autonomia.

O chamado do movimento para os catadores em geral é norteado pelo princípio da coletividade, a mensagem *caminhar é resistir e se unir é reciclar*, que abre o folder institucional do movimento (ver anexo B), é um precedente para ver a ação do movimento como processo de resistência e de transformação.

O princípio da coletividade leva a perceber que o trabalho está associado às duas dimensões da vida do catador, à luta pela sobrevivência e à luta por direito. A primeira está ligada às necessidades básicas do catador, como pode-se acompanhar na seguinte passagem da terceira página do folder institucional: *O trabalho de coleta de materiais recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa de nosso povo brasileiro.* (Folder institucional do MNCR, p. 03. Anexo B).

A segunda dimensão reivindica o próprio direito ao trabalho, o poder de coletar e triar o material reciclado, seja no galpão ou na rua, o acesso a espaços organizados e estruturados de trabalho, como se pode observar na segunda página do folder institucional:

Antes mesmo do congresso os catadores impulsionam a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. No congresso é lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de material reciclável (Folder institucional do MNCR, p. 02. Anexo B).

Tais dimensões corroboram ao que Pinto (2010) e Engels (1896/2013) enfatizam no capítulo segundo desta pesquisa acerca do trabalho como construção social, principalmente no que concerne à centralidade do trabalho na vida humana, pelo trabalho alcança-se a dignidade humana.

O direito ao trabalho para o catador está vinculado à ação política de organização, tanto que a mensagem *venha para a organização* expressa no panfleto de sensibilização da profissão do catador revela-se como passo fundamental na luta contra a exploração dos atravessadores e das empresas. Essa organização enfatiza a capacidade dos catadores gerirem seus próprios trabalhos, praticando a autogestão. As mensagens abaixo, destacadas do panfleto de sensibilização da profissão do catador, reforçam a ação política da organização.

Só organizados poderemos mudar nossas vidas e a de nossas famílias. Só unidos poderemos desenvolver um trabalho eficiente e solidário (Panfleto de sensibilização da profissão do catador, p. 01. Anexo C).

Saiba como organizar um grupo de catadores procurando uma base do MNCR (Panfleto de sensibilização da profissão do catador, p. 01. Anexo C).

As organizações fortalecem o catador, unidos temos mais força e saímos da mão dos atravessadores (Panfleto de sensibilização da profissão do catador, p. 02. Anexo C).

Estar organizado para o movimento significa o catador fazer parte de alguma associação ou cooperativa associada a ele. Isso constrói para o catador uma verdade de que não há organização fora do movimento e põe o movimento como representação única e legítima dos catadores. Esse discurso reproduzido de forma fundamentalista pode fazer o próprio movimento cair em contradição com o que prega enquanto democracia direta e ação direta. Isto revela duas aproximações com o que é defendido por Maingueneau (2005),

primeiramente a materialização da presença do Outro ou do discurso segundo no discurso de organização dos catadores, e essa relação é revelada por meio das coerções que o discurso segundo (catador desorganizado) realiza sobre o primeiro (catador organizado), e conseqüentemente o princípio da reversibilidade presente na prática discursiva de autoconstituição do MNCR, o conjunto de enunciados sobre organização revela o sujeito catador como comunidade discursiva assim como o sujeito catador revela uma formação discursiva sobre organização e relações de trabalho por meio de seus documentos. As cooperativas de catadores articuladas ao movimento configuram-se como espaços onde o vértice da comunidade discursiva encontra o da formação discursiva.

A imagem do catador organizado, como representação do alcance da dignidade humana pelo trabalho, se constitui por meio do interdiscurso e da prática intersemiótica. O fragmentos já citados e o conjunto das três próximas figuras abaixo ajudam a reforçar o discurso da dignidade em detrimento ao da exploração. Neste sentido, é positivo o catador organizar-se

Figura 4 - Catadores em plenária uniformizados



Fonte: Folder institucional do MNCR (Anexo B).

Figura 5 – Catadores em mobilização na rua



Fonte: Folder institucional do MNCR (Anexo B).

Figura 6 – Bandeiras dos movimentos



Fonte: Folder institucional do MNCR (Anexo B).

A primeira imagem (Figura 4), Catador participando de plenária uniformizado, mostra que catador organizado estuda, participa de eventos e utiliza blusa e boné, ou seja, reforça os símbolos do movimento. A segunda imagem (Figura 5), Catadores em mobilização na rua, além da referência à simbologia presente nas bandeiras, blusas e faixas, evidencia a importância da mobilização, catador organizado vai pra rua não só coletar material reciclado, mas também fazer reivindicações. A terceira imagem (Figura 6), por outro lado, reforça o princípio da solidariedade de classe e o espaço discursivo no qual se situa o discurso do MNCR. O movimento não está só, está articulado a outros movimentos sociais.

À propósito das categorias analisadas por Maingueneau, na prática discursiva de autoconstituição do MNCR, sujeito, interdiscurso e prática intersemiótica integram-se para situar o discurso do “catador organizado”.

5.1.2 Relações de trabalho e ações de formação

Nas ações de formação, o trabalho é colocado como uma atividade extremamente importante, por meio do qual o catador, fruto de um processo de desenvolvimento excludente e competitivo, passa a se inserir no mercado de trabalho, mesmo que ainda informal e precarizado. É por meio da associação do trabalho como direito que o movimento vai buscar no campo jurídico o suporte para situar sua prática e para fazer reivindicações ao poder público que lhe garantam melhores condições de trabalho.

É um direito de todo cidadão brasileiro, em que os governantes têm o dever de criar os meios necessários para que os cidadãos possam desenvolver uma atividade econômica que lhe garanta o seu sustento. A luta pelo reconhecimento da categoria de trabalho CATADOR, em todas as suas esferas, e a luta por condições dignas de trabalho, estão fundamentadas no direito ao trabalho. (Caminhar é resistir. Cartilha de Formação MNCR, 2009, p. 14. Anexo F).

A referência à Constituição Federal dá legitimidade à luta dos catadores e abre caminhos para o espraio de suas reivindicações, entre elas as de caráter sindicais. Como no discurso sindical, trabalho e luta são indissociáveis, o resgate histórico da profissão, feito nas cartilhas de formação, reforça que, ao dar o passo da organização, o acesso aos direitos passa a ser concretizado, o trabalho valorizado e o catador reconhecido como cidadão:

A atividade catador de material reciclável existe a mais de 50 anos, fazendo um trabalho de prestação de serviço à sociedade.

Depois de **muita luta, hoje a profissão catador de materiais recicláveis é reconhecida pela classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Este reconhecimento **afirma o trabalho do catador como uma ocupação tão digna como qualquer outra**. Isto é fruto de toda a nossa história de luta e organização. (Os Direitos Humanos e os Catadores de Materiais Recicláveis. Cartilha de Formação MNCR, 2008, p. 05. Grifo nosso. Anexo D.).

A construção discursiva da ação de formação também é consolidada na articulação de um conjunto de referências históricas no âmbito da democracia brasileira, da legislação trabalhista, da conquista de cidadania, da declaração dos direitos humanos e do acesso às políticas públicas.

Tanto nas duas edições das *Cartilhas de formação do MNCR*, quanto, e principalmente, na cartilha *Os Direitos Humanos e os Catadores de Materiais Recicláveis* são recorrentes a referência à Constituição Federal, apresentando os direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros e do catador como cidadão, a referência à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como marco legal da instituição da profissão de catador, a referência ao Estatuto da Cidade para legitimar o direito de todas as pessoas à qualidade de vida nas cidades, inclusive o acesso aos direito à terra, saneamento ambiental, infraestrutura, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer, a referência à Política Nacional de Saneamento com objetivo de referendar que as cooperativas de catadores podem estar habilitadas a estabelecer contratos com as prefeituras municipais para desempenhar o serviço de coleta seletiva, além do conjunto de decretos, tanto federal quanto estadual, que instituem a coleta seletiva como atividade obrigatória nos órgãos e nas instituições públicas. Outra referência importante que se faz é à CLT e ao artigo 149 do Código Penal Brasileiro para referendar que a “servidão por dívida” como trabalho escravo é crime.

Esse conjunto de referências constrói-se como um arcabouço legal para subsidiar o catador em processo de formação e como parte do movimento, assegurando-lhe direitos e oferecendo-lhe orientação de como buscar esses direitos. No aspecto da subjetividade e da

identidade do catador, essa construção de referências estimula o catador a reconhecer o movimento como espaço de organização e a inserir-se nele.

A maioria desses documentos, que prioritariamente servem à formação do catador, está disponível nos *links* Formação Política, Legislação e Publicações on-line que compõe a aba Biblioteca no *site*. Por meio desse acervo, o *site* constitui-se também como uma prática discursiva de formação, pois revela uma concepção de formação que se apoia em diversos campos discursivos como, o jurídico, o da educação, o popular e o ambiental. Nessa prática discursiva o discurso de organização e formação se assimilam para constituir uma identidade de trabalhador. Dos materiais é possível entrever que o principal fator que motiva o catador a inserir-se no movimento é o trabalho, ou seja, a valorização e o reconhecimento de seu trabalho.

Outro diálogo que o MNCR tenta estabelecer é com o conjunto de movimentos que se julgam do campo popular. E ao reivindicar a identidade de movimento popular se coloca no mesmo campo discursivo de outros movimentos sociais no Brasil, como o do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e outros.

A identidade de popular faz-se presente em várias iniciativas promovidas pelo movimento, tanto no tipo de educação que reivindica e tenta aplicar para avançar nos índices de escolaridades dos catadores, já que a Educação Popular assume um trabalho diferenciado frente à educação formal, quanto no tipo de coleta seletiva que se propõe a desenvolver. O movimento desenvolve em todo Brasil iniciativas de coleta seletiva onde o catador é o protagonista, ou seja, é o sujeito que determina as condições de coleta e tem maior autonomia frente às coerções do mercado da reciclagem que é pautado na lógica empresarial. O enunciado *Lutar, criar, Reciclagem Popular*, expresso na faixa do *site*, e o *link reciclagem popular*, nomeando um dos setores do movimento, estabelecem um novo paradigma de reciclagem centrado tanto na participação maior do catador na cadeia produtiva da reciclagem, quanto nas relações mais cooperativas de trabalho, diferentemente da reciclagem empresarial que é baseada na concentração do lucro e do poder.

A maioria dos movimentos do campo popular assume como tripé de ação, a organização, a formação e a luta, presente no discurso do MNCR, quando afirma que para o avanço na organização é preciso formação e a formação e a organização mobilizam para a luta, uma luta pelo reconhecimento, pelo acesso a direitos até então negados, ou pela ampliação dos direitos enquanto catadores.

A inserção da luta como ato constante, assim como organização e formação desmistifica a associação imediata do discurso de organização com o de valorização e acesso aos direitos, pois como é revelado pelo programa de luta do MNCR, a valorização da profissão do catador e as melhores condições de trabalho são pautas constantes.

5.1.3 Relações de trabalho e ações de divulgação

Nas práticas discursivas de divulgação, identificam-se várias construções discursivas que relacionam o trabalho do catador com outras práticas sociais e o próprio catador com outros sujeitos sociais, estabelecendo-se uma relação com o discurso ambientalista. A divulgação apresenta o catador como principal sujeito da coleta seletiva, associando sua identidade como agente ambiental e o trabalho desenvolvido com os discursos de sustentabilidade muito recorrentes após a Eco 92:

Coleta seletiva é com **o catador**.
 Há mais de 50 anos **nós catadores trabalhamos limpando o meio ambiente**.
Tudo que coletamos vai ser reciclado, preservando assim a natureza. (Panfleto Coleta Seletiva do MNCR, p. 01. Grifo nosso. Anexo G)

Essa ação de divulgação busca envolver a sociedade em geral para o trabalho que o catador desenvolve. A utilização de expressões próprias das ações de propaganda, como “você pode ajudar”, “contribua”, “apoiar”, “todos podem ajudar”, constrói um apelo ao público para a participação na coleta seletiva e o apoio ao trabalho do catador.

Você pode ajudar o nosso trabalho separando os materiais recicláveis dos resíduos orgânicos [...] **Contribua** com a coleta porta-a-porta [...] Nossa coleta é muito fácil e **todos podem ajudar** [...] **Venha conhecer** nossas organizações solidárias. (Panfleto Coleta Seletiva do MNCR, p. 02. Grifo nosso. Anexo G)

Identifica-se também uma construção discursiva que põe a atividade da reciclagem como geradora de nova expectativa de vida para o catador, de motivação de sonhos e mudança de condições de vida, como se pode constatar no trecho da página 2 do Panfleto de Coleta Seletiva: *reciclando sonhos, reciclando a vida*. (Panfleto Coleta Seletiva do MNCR, p. 02. Anexo G).

Outra construção discursiva que reforça o trabalho do catador organizado como algo que se contrapõe ao processo de individualização do trabalho é a ênfase que se dá à organização de cooperativas formadas por catadores. Nesse processo relacionam trabalho

organizado à construção dos valores de solidariedade, coletividade, luta e justiça, caracterizando as cooperativas como organizações solidárias.

Apoiar esse trabalho é contribuir com uma categoria que desenvolve suas atividades dentro dos **princípios de solidariedade e apoio mútuo, pessoas que lutam** por uma **sociedade mais justa para todos. As cooperativas, associações e grupos de catadores são armas contra a exploração** dos ferros-velhos, **nossas organizações promovem importantes trabalhos sociais** que **reconstruem vidas**. Venha conhecer nossas **organizações solidárias**. (Panfleto Coleta Seletiva do MNCR, p. 02. Grifo nosso. Anexo G).

É importante ressaltar que a chamada do movimento para a coleta seletiva sofreu no último ano um redimensionamento. O que era identificado como “Coleta Seletiva Solidária” deu espaço à “Reciclagem popular”. Tal mudança pode estar relacionada a um conjunto de fatores, seja referente à incorporação de tecnologia no desenvolvimento do trabalho do catador, como aquisição de carros, esteiras e prensa, seja pela ampliação da organização das cooperativas, ou seja, ao reposicionamento do catador na cadeia produtiva, com o aumento de cooperativas no processo de beneficiamento do material reciclado. A mudança de um termo pelo outro não exclui a ação da coleta seletiva, visto que para o material chegar às cooperativas e associações para ser processado precisa ser coletado adequadamente. Para este passo a parceria da população e dos programas de conscientização ambiental do governo para a separação dos materiais é de fundamental importância.

Além do panfleto da coleta seletiva é importante mostrar as chamadas abaixo expostas nos anexos H e I, as quais revelam um importante perfil dos catadores “mulheres e negros/as”.

Os catadores de materiais recicláveis são hoje foco das políticas públicas de geração renda e formação profissional

(...)

Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que levantou dados do censo 2010, mostra que 66,1% dos catadores de materiais recicláveis do Brasil se declaram negros ou pardos. (Notícia de 29/10/2013. Fonte: <http://www.mnccr.org.br>. Anexo I).

Na verdade, esses enunciados apontam a necessidade de aprofundar a compreensão de raça e de gênero no movimento e de revelar a real identidade desses sujeitos. São os catadores se percebendo e se reconhecendo pelo trabalho. Isso nos remete a dimensões mais complexas dessa relação de trabalho, dimensões que tanto Pinto (2010) quanto Engels (1896/2013) não se dedicaram, mas que Souza-Lobo (2011) as concebem como intrínsecas às relações de trabalho, Kergoat (2010) como coextensivas e Saffioti (2004) como relações enoveladas.

Na tentativa de sistematizar a análise até aqui realizada, destaca-se os princípios pelos quais o MNCR funda-se como movimento, os quais perpassam as práticas discursivas de autoconstituição, formação e divulgação. A sistematização mostra como os princípios organizativos articulam-se com algumas categorias de análise defendidas por Maingueneau (2005), como interdiscurso, formação discursiva e sujeito.

Quadro 1 – Sistematização das construções discursivas sobre relações de trabalho no MNCR

PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS	INTERDISCURSO	FD'S	SUJEITO
autogestão democracia direta solidariedade de classe ação direta independência de classe apoio mútuo	Campos: jurídico, social, popular, filosófico, político, empresarial, ambiental e económico	trabalho e dignidade humana princípio de igualdade	catador organizado associado ao MNCR
		trabalho e exploração princípio de desigualdade	catador desorganizado não associado ao MNCR

Fonte: Elaborado pela autora.

Fazendo a leitura na horizontal, os princípios, aqui representando ações de autoconstituição, formação e divulgação, associam-se à vários campos discursivos, os quais historicamente corroboram para situar o trabalho como um princípio e uma ação que motiva a organização do movimento em contraposição a uma realidade de exploração e fragmentação dos trabalhadores enquanto classe e ressignificação do trabalho como práxis social. Embora não apareça explicitamente no quadro, a comunidade discursiva é representada pelos sujeitos. Estas categorias são marcadas pela reversibilidade do discurso, ao mesmo tempo que reforça campos discursivos que reforçam, a dimensão ontológica do trabalho, deixa entrever o discurso segundo, o trabalho ligado a sistema capitalista de produção. A prática intersemiótica demarca muito bem o sujeito representativo de cada campo.

5.2 As relações de gênero nas práticas discursivas do MNCR

A construção discursiva das relações de gênero do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis se constitui principalmente no universo da divisão sexual do trabalho e no processo de consolidação do movimento. Assim como nas relações de trabalho, tanto a

heterogeneidade quanto as relações interdiscursivas conduzem as relações de sentido. As subseções que seguem percorrerão a análise conforme o sequenciamento das práticas discursivas identificadas.

5.2.1 Relações de gênero e ações de autoconstituição

As ações de autoconstituição mostram que o movimento em vários momentos evidencia que é constituído por homens e mulheres “catadores e catadoras”, como na declaração de princípios e objetivos (ver anexo A), na qual um dos princípios é o “apoio mútuo” e a “unidade de classe”:

Ao contrário do individualismo e da competição buscamos o apoio mútuo entre os companheiros(as) catadores(as), e praticando no dia a dia das lutas a Solidariedade de Classe com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países. (Artigo 4º da declaração de princípios do MNCR, p. 2. Anexo A.).

Tais princípios podem ser entendidos como uma porta de entrada para o discurso de igualdade de direitos e de relações entre os sexos. No entanto, vários mecanismos discursivos observados nos documentos revelam também uma prática sexista, onde o homem aparece como principal sujeito e a mulher catadora, de certa forma, invisibilizada.

No folder institucional também há uma predominância de imagens reforçando o catador. As mulheres normalmente aparecem por meio de imagens, mas juntas aos catadores de modo geral. Portanto, não se percebe nos materiais mais antigos de autoconstituição uma voz feminina, apenas uma voz masculina, representativa do movimento. Em materiais mais recentes, já se percebe uma presença maior das mulheres catadoras, no entanto, não serão tomados na análise.

5.2.2 Relações de gênero e ações de formação

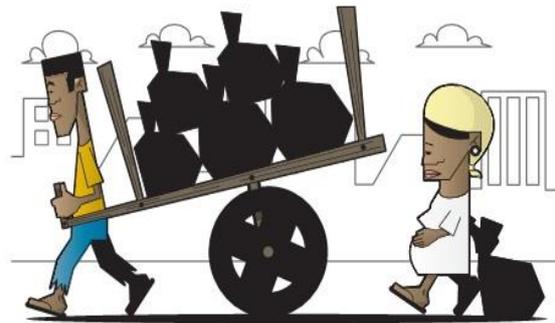
Quanto às ações de formação, especificamente na primeira edição da cartilha de formação as ações apontam uma prática predominantemente masculina, fundada nas contradições históricas citadas por Cisne (2012), Álvaro (2013), Saffioti (2004), Souza-Lobo (2011), e Cabral e Diaz (1998), referente ao lugar do homem e da mulher nos espaços da produção e da reprodução, no espaço público e privado. Na maioria das atividades, o trabalho do catador é visibilizado e o da catadora invisibilizado, principalmente nas atividades relacionadas à organização política e à produção, como pode-se perceber nas imagens das

Figuras 7 e Figura 8, as quais retratam o processo de migração dos catadores para os grandes centros urbanos:

Figura 7 - Migração dos catadores para a cidade



Figura 8 - Catadores trabalhando na cidade



Fonte: Os Direitos Humanos e os Catadores de Materiais Recicláveis. Cartilha de Formação MNCR, 2008, p. 04.

As duas imagens são emblemáticas, a primeira ao fazer referência à história de migração do catador do sertão ou campo para o centro urbano, o homem vem na frente e a mulher negra, grávida, segurando na mão de uma criança, atrás. A outra imagem mostra já a família trabalhando como catador na cidade: o homem puxando a carrocinha com vários sacos de materiais recicláveis e a mulher atrás grávida, puxando um saco de material. As imagens revelam basicamente três coisas: a mulher ocupando os dois papéis, o da produção e o da reprodução, isto pode revelar a dupla jornada de seu trabalho; a mulher em posição secundária ao homem ao vir sempre atrás dele como a mãe, a esposa e frágil pela sua condição de grávida; e o trabalho da mulher como complementar.

Especificamente nessas circunstâncias em que a mulher catadora se encontra, grávida e trabalhando na rua, cabe refletir se não é conveniente que ela atue de forma auxiliar, já que não pode fazer grandes esforços físicos como seu companheiro demonstra estar fazendo.

Outra forte predominância da figura masculina do catador é quando a cartilha faz referência aos direitos individuais. Na Cartilha os direitos humanos dos Catadores, dos oito direitos, todos trazem a figura de um homem como ilustração.

A mulher é colocada ao lado do homem no direito à habitação. Seria esta representação proposicional? Por que a mulher não aparece ilustrando os outros direitos relacionados ao trabalho, organização, educação, alimentação, entretenimento, cultura, arte e ciência, liberdade de ir e vir, de igualdade diante da lei? Longe de encontrar uma nota explicativa sobre o assunto, consciente ou inconscientemente, as ilustrações reforçam o papel

da mulher no espaço doméstico e da reprodução social, como pode ser constatado na Figura 9 abaixo:

Figura 9 - Os direitos individuais dos catadores



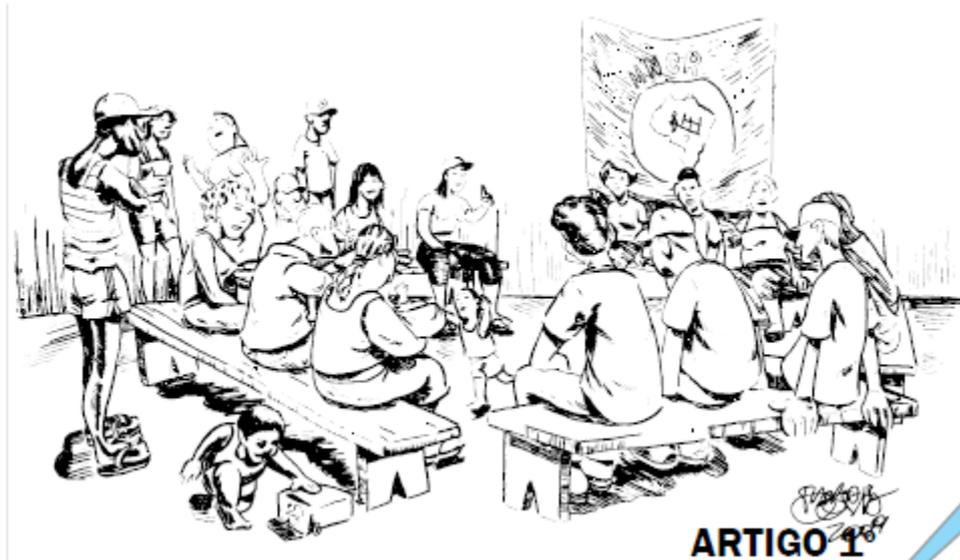
Fonte: Os Direitos Humanos e os Catadores de Materiais Recicláveis. Cartilha de Formação MNCR, 2008, p. 15

A análise intersemiótica revela uma relação social desigual. A divisão sexual da catação fica evidente e constata uma das facetas do patriarcalismo, como citadas por Kergoat (1989) e Sousa-Lobo (2011). A mulher catadora destinada ao espaço da reprodução e o homem catador destinado à produção e apto à liberdade de usufruir de todos os direitos. Neste espaço discursivo dos direitos, reafirma-se, portanto, uma relação desigual de gênero e funda-se uma formação discursiva baseada nos princípios de separação e hierarquização.

Materiais mais recentes, como a nova publicação da cartilha de formação (edição 2009), o Programa de luta do movimento, as cartas dos encontros de mulheres catadoras, e a incorporação do setor “mulheres catadoras” como *link* no *site*, apontam relações mais igualitárias de gênero, evidenciando um reconhecimento do sujeito mulher nos espaços da produção, da organização, da política, da mobilização, do galpão e das ruas. As imagens ilustrativas dos jornais, da socialização de experiências organizativas e das notícias mostram

as mulheres dividindo espaços de direção, como podemos observar na Figura 8 abaixo extraída da cartilha de formação edição 2009.

Figura 10 - Catadores em reunião



Fonte: Cartilha de formação “caminhar é resistir” do MNCR, 2009, p.18

Nestes dois materiais, apresenta-se, portanto, uma contradição ao perceber as relações sociais de gênero dos catadores, demarcadas no posicionamento discursivo do movimento. Isto revela que no mesmo espaço discursivo, de direitos, formação ou organização, pode se encontrar diferentes formações discursivas sobre relações de gênero, e em um dado momento uma revela a outra.

5.2.3 Relações de gênero e ações de divulgação

Nas ações de divulgação, pode-se observar duas perspectivas, a marcada pela hierarquia do homem em relação à mulher, como se pode acompanhar no panfleto de coleta porta a porta (ver anexo G) ao fazer referência apenas a um sujeito, o catador. A segunda pelo protagonismo das mulheres por meio da organização de um encontro específico de mulheres catadoras (ver anexo J) e pela participação significativa das mulheres no processo organizativo do movimento.

A iniciativa dos encontros das mulheres catadoras realizada desde 2010 reúne as mulheres catadoras, constituindo-se em um espaço de encontro, de construção de identidade e de protagonismo. Esses espaços provocam a refletir sobre as especificidades do universo feminino, sobre o papel que as catadoras assumem no movimento, e sobre estratégias de visibilidade.

O encontro já está na sua quarta edição e já revela alguns avanços, mas também muitos desafios no que concerne à construção de relações mais igualitárias de gênero. Pois se as mulheres precisam organizar um encontro específico é porque nos encontros gerais as pautas correspondentes ao seu universo feminino e de gênero não são enfatizadas como as demais lutas. A Figura 9 abaixo mostra o cartaz do IV Encontro Nacional das Catadoras de Materiais Recicláveis.

Figura 11 - Cartaz do IV Encontro Nacional de Mulheres Catadoras



Fonte: <http://www.mncr.org.br/noticias/blog-do-sul/carta-de-pontal-do-parana-extraida-no-iv-encontro-nacional-de-mulheres-catadoras>. 2015 (anexo J).

A correlação das ações de formação e divulgação, através das marcas de seus materiais, mostra um avanço significativo na incorporação e visibilidade da mulher enquanto trabalhadora e catadora, estabelecendo uma relação menos desigual junto ao homem. Essa mudança é percebida quando as mulheres passam a organizar-se internamente. Apesar de elas serem a maioria na organização há muito tempo, o seu protagonismo torna-se mais visível quando elas passam a refletir coletivamente, em um espaço em que a literatura feminista denomina de auto-organização e que se correlaciona com o princípio de autogestão assumido pelo MNCR. O exercício desse princípio pelas mulheres reposiciona o espaço discursivo do MNCR, tanto sobre as relações de trabalho, quanto sobre e as relações de gênero, especificamente a divisão sexual do trabalho. A mudança de espaço discursivo possibilita ecoar a voz feminina do movimento, fazendo surgir uma comunidade discursiva.

As notícias disponíveis no *site* assumem um papel importantíssimo de revelar outras faces do processo organizativo do MNCR e o universo do trabalho dos catadores organizados. Um exemplo é a reportagem publicada no mês de outubro de 2013. Tal notícia reafirma tanto

as conquistas desse sujeito quanto o desafio da construção das relações de gênero, a divisão sexual do trabalho para o MNCR. Se a maioria das mulheres fica no galpão em atividades de triagem e separação, quem vai às ruas para a coleta são os homens, assim quem assume os postos de trabalho mais pesado são os homens também. E quem tende a aparecer mais como sujeito catador são os homens. As constatações acima são evidenciadas no recorte abaixo da notícia:

Mulheres são maioria entre Catadores organizados

(...)

As estimativas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) indicam o número de 800 mil trabalhadores em atividade hoje no Brasil, entre os quais 70% seriam mulheres. (Notícia de 29/10/2013. Fonte: <http://www.mncr.org.br>. Anexo H).

As informações revelam uma das características significativas da organização de grupos de catadores/recicladores, a presença majoritária de mulheres entre os trabalhadores nos galpões construídos para a separação e a reciclagem do lixo. Esse fato, segundo Cabral e Diaz (1998), se explica pelo fato de que o problema do desemprego e da precariedade no trabalho entre a população economicamente ativa (PEA) das regiões metropolitanas brasileiras atinge em maior proporção o sexo feminino. Sobre o trabalho de caráter associativo e cooperativo, estudos apontam, segundo Souza-Lobo (2011), que a mão de obra ocupada é predominantemente feminina.

Segundo as pesquisas citadas pela reportagem, as mulheres, apesar de ocuparem um espaço significativo da cadeia produtiva da reciclagem (a triagem e classificação dos materiais), sofrem o peso econômico da dicotomia do trabalho identificado por Souza-Lobo (2011) entre trabalho leve e trabalho pesado, trabalho de homem e de mulher, trabalho valorizado e não valorizado, como a própria reportagem afirma: perante as atividades consideradas “pesadas”, o trabalho de separação e triagem ainda é menos remunerado. Tais considerações podem ser constatadas no seguinte trecho da reportagem abaixo:

As catadoras, em muitos casos arrimos de família, são verdadeiras lideranças comunitárias que agregam, conciliam e organizam outros trabalhadores em seu entorno. A função de administradora familiar vai de encontro com a necessidade das organizações autogestionárias (cooperativas e associações) que hoje vem sendo incluídas formalmente nas políticas públicas e fomentadas pelos Governos. É recorrente a atuação das mulheres do trabalho de triagem e classificação dos materiais, trabalho que é considerado **núcleo principal do processo produtivo** das organizações de catadores, por isso também é a função que recebe maior pressão no empreendimento, **além de ser uma atividade pouco valorizada frente a funções consideradas “mais pesadas”** como a operação de maquinário, deslocamento, carregamento e transporte de materiais funções considerados masculinas. (Notícia de 29/10/2013. Fonte: <http://www.mncr.org.br>. Grifo nosso. Anexo H).

As informações confirmam a dupla jornada de trabalho das mulheres citada por Álvaro (2013), pois encontram-se tanto no espaço da reprodução, quanto no espaço de produção. Assim como é possível perceber que os princípios propagados pelo movimento tentam se sobrepor às dicotomias originárias da divisão sexual do trabalho que predomina o sistema capitalista de produção. O espaço discursivo, por sua vez, se constrói em um terreno arenoso, onde as formações discursivas sobre relações de trabalho e de gênero flutuam entre a coletividade e a hierarquia, entre o trabalho valorizado do homem e o não valorizado da mulher. Essa relação pode revelar-se como um simulacro, onde principalmente o discurso do movimento não consegue dar ainda respostas frente às coerções do modo de produção capitalista, sobretudo no interesse pelo excedente. Portanto, esse contexto aparece como um grande desafio ao movimento dos catadores.

Analisando ações mais recentes do movimento, nota-se um avanço surpreendente, quando posta no *site* uma nota de repúdio contra a violência misógina sofrida pela ex-presidente da república Dilma Rousseff. Campanha essa liderada pelos movimentos de mulheres e a qual aderem os movimentos populares como o MNCR. Essa iniciativa evidencia uma inserção do discurso feminista na prática discursiva do movimento e um material significativo de onde ressoa a voz das mulheres catadoras em enfrentamento à violência sexista, como se pode acompanhar no trecho abaixo:

É com muito pesar que nós catadoras, trabalhadoras, mães e chefes de família, nos deparamos com a intolerância e falta de valores políticos democráticos retratados em adesivos de carros, que demonstram um país machista, violando a figura não só da Presidente da República Federativa do Brasil, mas muito mais, da mulher que venceu as eleições de forma legítima e representa, queiram ou os opositores, o Brasil.

Não se trata de debate político, mas sim de gênero, de atos lesivos aos direitos e garantias das mulheres. Jamais na história desse país, por maiores as atrocidades cometidas pelos chefes do poder executivo, a honra e a imagem de um presidente foi denegrida, com argumentos sexistas e covardes como os que estão sendo dirigidos a Presidente Dilma Rousseff, personagem importante na reconquista da democracia do país, na qualidade de militante pela liberdade.

É por isso, por não admitir violência de qualquer natureza ou debate político sexista, machista ou covarde que tornamos público o nosso REPÚDIO às imagens que vem sendo divulgadas em veículos particulares pelo país.

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR. (Nota de repúdio sobre violência misógina disponível em: <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/notas-e-declaracoes/nota-de-repudio-sobre-violencia-misogina>). Acesso em 08 jul. 2015.

Apesar de toda legitimidade e importância que tal documento teve naquele momento da conjuntura política brasileira, o mesmo abre uma fenda para um questionamento acerca do posicionamento enquanto movimento: a quem interessa de fato esse posicionamento? Às mulheres catadoras pela unidade de gênero e combate a qualquer forma de violência contra a mulher? Ou aos interesses gerais do movimento, por se tratar [na época] da figura da Presidenta da República, que representava o mesmo campo político que apoiava o conjunto de políticas públicas direcionadas à valorização do catador?

Independente dos segundos interesses, uma coisa é fato, o movimento dos acatadores se posicionou para além de sua pauta específica. Essa atitude no campo da prática discursiva feminista representa muito, pois apesar de serem as mulheres que enunciam, é o movimento que assina a carta. Isso pode revelar tanto um comprometimento do movimento com a causa feminista quanto internamente no movimento um reconhecimento das mulheres em relação ao movimento que as representa.

Além da nota de repúdio é possível encontrar a voz das mulheres catadoras nas cartas de encerramento aos congressos das mulheres catadoras que já está em sua quarta edição. As cartas consolidam uma história de participação das mulheres e possibilitam estudos mais aprofundados, que não serão contemplados nesta pesquisa.

Acompanhando as informações no *site* e as movimentações feitas pela equipe de comunicação do MNCR no desenho do *site*, percebe-se uma mudança significativa, seja na apresentação e disposição dos conteúdos, permitindo maior mobilidade e acesso, seja na imagem que o movimento tenta construir de si por meio do *site*. A mudança de disposição de *links* pode revelar uma mudança de concepção e incorporação de novos princípios, principalmente no diz respeito às relações de trabalho e de gênero. É visível o espaço dado às mulheres catadoras no *site*.

Essa mudança é possível acompanhar no *link* “Mulheres catadoras”, disponível na aba setores, como uma das prioridades do programa de luta do movimento, disponível também na aba setores. É importante salientar que o *link* “Mulheres catadoras” é um dos destaques na página inicial, garantindo sua visibilidade e permitindo seu acesso mais rápido.

Por meio dessas ações seria possível aludir que o movimento está mais aberto às relações de gênero? Que ao dar visibilidade ao *link* “Mulheres catadoras” estaria tirando as mulheres catadoras da invisibilidade, reconhecendo seu papel na organização, na luta, na produção e construindo relações mais igualitárias de trabalho e de gênero? O que levou o movimento a tais mudanças?

Entre tantas especulações, o próprio *site* e as práticas discursivas analisadas corroboram para uma constatação de que o fato das pesquisas divulgarem as mulheres como maioria no movimento e a construção de um espaço próprio para elas por meio dos encontros nacionais possibilitaram um maior protagonismo das mulheres catadoras como sujeito no movimento, abrindo espaço para pautar ações específicas.

Sistematizando as análises no quadro abaixo, é possível perceber que as construções discursivas sobre relações de gênero partem dos mesmos princípios fundadores do movimento, no entanto, de forma mais contraditória, ampliando os campos discursivos pelos quais se articulam e se materializam, as formações discursivas predominantes e os sujeitos representativos das comunidades discursivas.

Quadro 2 – Sistematização das construções discursivas sobre relações de gênero no MNCR

PRINCÍPIOS ORGANIZATIVOS	INTERDISCURSO	FD'S	SUJEITO
autogestão democracia direta solidariedade de classe ação direta independência de classe apoio mútuo	Campos: jurídico, sindical, cultural, social, popular, filosófico, político, empresarial, ambiental e econômico	Divisão sexual do trabalho coletiva princípio de igualdade	Mulher catadora organizada
		Divisão sexual do trabalho hierárquico princípio de desigualdade	Mulher catadora invisibilizada

Fonte: Elaborado pela autora

O conjunto de ações, práticas discursivas, desenvolvidas pelo MNCR, faz revelar no movimento a mulher catadora como uma comunidade discursiva que enuncia de um lugar de tensão, entre as amarras do patriarcado, a exploração capitalista *versus* a autonomia das mulheres e a igualdade de gênero. Um sujeito que começa a sair da invisibilidade tanto por meio da sua própria voz, quanto por meio de uma conjuntura político social que permite uma maior participação das mulheres na sociedade.

De forma abrangente, é possível constatar por meio das práticas discursivas analisadas que o catador, se reposiciona no cenário político econômico brasileiro. Nesse sentido, cabe retomar ao que Moita Lopes (2003) afirma, que somos tanto sujeitos passivos como ativos e agindo podemos reconstruir o mundo a partir de outras bases discursivas e de significados.

6 CONCLUSÃO

Ao refletir sobre todo o processo de construção desta pesquisa, não tem como encerrá-la sem fazer algumas considerações acerca dos objetivos, objeto de pesquisa, das categorias analisadas e do que percebeu-se na análise.

A partir do se propunha nos objetivos, a proposta era refletir sobre a construção discursiva de relações de trabalho e de gênero no *site* do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e como objetivos específicos descrever e analisar como se constitui a comunidade discursiva dessas práticas e as formações discursivas sobre relações de trabalho e gênero assumidas por essa comunidade, conseguiu-se traçar um caminho para atingi-los. Seria pretensão demasiada dizer que se alcançou integralmente, até por conta da densidade dos documentos analisados, no entanto, considera-se que os resultados apresentados e discutidos nos permitiram compreender melhor sobre as relações de trabalho e de gênero circunscritas nas práticas discursivas MNCR.

Considerando o objeto de estudo, práticas discursivas, foi possível perceber que constituem uma prática maior, a prática discursiva do *site* do movimento nacional de catadores de materiais recicláveis. Pelo olhar da generalidade é possível identificá-la como uma prática política que revela, por meio de suas ações de autoconstituição, de formação e de divulgação, a construção discursiva das relações de trabalho e de gênero. Pelo olhar da especificidade, cada conjunto de ação caracteriza-se como uma prática discursiva e cada uma delas revelou um universo de relações, assim como diversas identidades que compõem uma comunidade discursiva. Isso reafirma os princípios e as categorias discutidas por Maingueneau (2005) como determinantes para adentrar no universo das práticas discursivas.

Outro fator importante é que a prática discursiva do movimento dos catadores apresenta uma complexidade de elementos históricos, sociais e discursivos. Desvendar os fios dessa relação mostrou-se como grande desafio. Um dos pontos bastante relevante é o fato de se tratar de um movimento recente na história das organizações sociais, cujos sujeitos, por meio da organização, constroem uma identidade enquanto trabalhadores, levando a sociedade a repensar os valores sobre os quais se estruturam as relações sociais de trabalho e de gênero.

Observou-se que as práticas discursivas do movimento são marcadas ideologicamente por diversas contradições, uma delas é o processo de resistência que o movimento se propõe a construir frente a um cenário predominantemente influenciado pela ideologia do capital, do lucro, da competitividade, da desigualdade social, da exploração dos trabalhadores, da gestão empresarial. Na busca de auto-afirmação, o discurso do catador se constrói numa relação

interdiscursiva entre o discurso sindicalista, o discurso popular, o discurso cooperativista, o discurso ambientalista, o discurso feminista e o discurso capitalista.

Em todas as práticas discursivas analisadas, seja de auto-constituição, seja de formação, seja de divulgação, é possível identificar tanto formações discursivas, quanto comunidades discursivas. E assim como toda prática discursiva, pode-se afirmar que a do MNCR está em permanente processo de construção, portanto as constatações feitas por esta análise pertencerão ao seu tempo, ao seu contexto e aos propósitos desta pesquisa, podendo ser revistas em outras pesquisas futuras.

Nas comunidades discursivas destaca-se uma identidade plural: o movimento como um todo organizado, as cooperativas, as mulheres catadoras, os homens catadores. Ambos constituem-se o Outro do mesmo sujeito que compõe o movimento. Entre esses sujeitos, destaca-se o catador organizado, sujeito este que tenta instituir um outro paradigma na realidade dos trabalhadores que têm como renda principal a coleta de material reciclável.

A voz principal que ressoa em todos os materiais é a do catador organizado em cooperativa e que se direciona tanto para o catador organizado, quanto, e principalmente, para o catador que ainda não está participando de nenhuma cooperativa e para a sociedade em geral. É o catador organizado em cooperativa e militante do movimento que apresenta todos os materiais, materializando-se na referência da primeira pessoa do plural “nós catadores”.

Esse sujeito revela-se cindido e marcado pelos discursos outros que o atravessam, pois ora mostra-se como o trabalhador catador com todas as marcas da exploração, ora como o militante do movimento conhecedor de seus direitos e motivador de sua categoria, ora como o gestor de um empreendimento coletivo, ora como o agente ambiental.

Nesse espaço discursivo, as cooperativas, instrumento de caráter organizativo proposto pelo movimento para constituir-se e consolidar uma ação, revelam-se como fundamentais, pois são espaços que proporcionam a interação do catador desorganizado ou em processo de organização com a estrutura do movimento. É nas cooperativas que os princípios organizativos são experimentados e revelados de forma aproximada ou distante daquilo que se propõe nos documentos de orientação e formação. Além de ser nesse espaço que os diversos discursos interagem, se confrontam, se associam ou se neutralizam.

As formações discursivas sobre relações de trabalho sinalizam para um processo de construção de novas relações, baseados nos princípios de solidariedade, coletividade, igualdade, de direito e de justiça, evidentemente marcado pelas contradições do mundo do trabalho. A partir da concepção de organização, a matéria prima, considerada lixo por sujeitos fora do campo de atuação do catador, torna-se material reciclado, as relações sociais de

trabalho se alteram, o trabalho do catador que era invisibilizado torna-se visível e importante para toda a sociedade, o trabalho que era de caráter individual torna-se coletivo, a relação de hierarquia e exploração entre patrão e empregado é quebrada pelo princípio da auto-gestão e pelo protagonismo da ação direta do catador. Princípios como solidariedade de classe e apoio mútuo revelam-se como portas de entrada para a construção de novas relações de gênero e a construção de uma identidade enquanto trabalhador.

As formações discursivas sobre relações de gênero, apesar de transitarem entre os padrões sexistas e de igualdade de gênero, as ações mais recentes se sinalizam para uma equidade nas relações, por meio de uma participação maior da catadora nos espaços da política e de um lugar específico para as “Mulheres catadoras” no *site*.

Entretanto na divisão sexual do trabalho dos catadores, as relações de igualdade de gênero são ainda um grande desafio, pois ainda não se libertaram totalmente das amarras do sistema patriarcal e do sistema capitalista. Muito embora as mulheres sejam a maioria no MNCR, predomina ainda no dia a dia da produção uma hierarquia dos homens em detrimento às mulheres. Esse fato pode estar relacionado com ausência de discussão dos referenciais que determinam os papéis de homens e mulheres nos postos de trabalho e no espaço público, como os citados por Kergoat (2012). O MNCR ao se colocar para discutir o que é trabalho leve, pesado, mais valorizado ou menos valorizado e rediscutir suas balizas, poderia quem sabe apontar novos caminhos para a estruturação das relações de trabalho e para uma divisão sexual desse trabalho diferente dos padrões construídos historicamente pelo sistema patriarcal e capitalista. Enquanto não o fazem, é natural que os discursos se encontrem e se confrontem.

Nesse processo discursivo é notável a revelação do Outro e da relação interdiscursiva que o MNCR tece para se auto-constituir e construir o sujeito político do movimento. É pela articulação da linguagem como prática social e situada nas relações de trabalho e de gênero que se pode emitir considerações sobre a formação discursiva em que se situam as relações de trabalho e de gênero, caracterizar a comunidade discursiva e os sujeitos da prática discursiva.

É justamente essa consubstancialidade entre linguagem e trabalho que se destaca nesta pesquisa, apontando os pressupostos de Dominique Maingueneau como referencial para se analisar o processo discursivo.

Há de considerar ainda a relevância da pesquisa para o conjunto dos estudos discursivos, no que ela pode apontar e abrir outras possibilidades de análises, principalmente sobre a prática discursiva dos catadores de materiais recicláveis, os quais se revelam entre tantos sujeitos sociais pelo seu *dizer* e *fazer* e pela imbricação das práticas sociais de linguagem, trabalho e de gênero.

REFERÊNCIAS

- ÁLVARO, Mirla Cisne. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ALVES, Giovanni. Trabalho, capitalismo global e “captura” da subjetividade: uma perspectiva crítica. *In*: SANT’ANA, R. S.; LOURENÇO, E.; NAVARRO, V.; BERTANI, I.; SILVA, J. F.S. (org.). **Aveso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ANTUNES, Ricardo. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho. *In*: SANT’ANA, R. S.; LOURENÇO, E.; NAVARRO, V.; BERTANI, I.; SILVA, J. F.S. (org.). **Aveso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho I**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989. p. 93.
- CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. *In*: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, 1998. p. 142-150.
- CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL NORTE 2. **Relatório Anual**. Programa Catadores. Belém, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- DEJOURS, Christophe. Avant-propos para a edição brasileira (2004a). *In*: PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 2. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2010.
- DELPHY, Christine. **Patriarcado (teorias do)**. *In*: HIRATA, H. *et al.* (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DIEESE 2012. **Gênero e jornada de trabalho**. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 06 jul. 2013.

ENGELS, Frederico. Caracteres da monogamia. *In*: MARX, ENGELS, LENIN. **Sobre a Mulher**. Coleção bases, n. 17. São Paulo: Global editora, 1979.

ENGELS, Frederico. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1896). *In*: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho I**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FALQUET, Jules. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Mediações Revista de Ciências Sociais**, Londrina, vol. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan./dez. 2008. Disponível em: <http://srv009.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3290/2702>. Acesso em: 30 jul. 2013.

FIORIN, José Luiz (org.). **Introdução à linguística**: objetos teóricos. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução e organização: Luís Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução e organização: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Ernani Cesar de; CHIARADIA, Itatiane. Práticas discursivas em contextos sociais: linguagem e trabalho em uma associação de catadores de materiais recicláveis. **Revista Moara**, Belém, n. 38, p. 92-112, 2012.

FREYSSINET, Michel. **La division capitaliste du travail**. Paris: Savelli, 1977.

HERBELE, V. M.; OSTERMAN, A. C.; FIGUEIREDO, D. C. (org.). **Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Rendimento Médio segundo raça e sexo no Brasil**. Microdados PME. Tabulações LAESER, 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 12 jul. 2013.

JOUBERT, Patrícia de Castro. **Comunicação e relações de trabalho no contexto empresarial**: a prática discursiva de um informativo organizacional. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

KERGOAT, Danièle. Da divisão do trabalho entre os sexos. *In*: HIRATA, Helena. (org.). Divisão capitalista do trabalho. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 1, n. 2, p. 3-103, 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v1n2/0103-2070-ts-01-02-0073.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2013.

KERGOAT, Danièle; HIRATA, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, [S. l.], v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf. Acesso em: 21 jul. 2013.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos – CEBRAP**, [S. l.] n.86, p. 93-103, mar. 2010, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2013.

LANCMAN, Selma. O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. (2004). *In*: PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20**: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 2. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Initiation aux méthodes de l'analyse du discours**. Paris: Hachette, 1976.

MAINGUENEAU, Dominique. **Approche de l'énonciation en linguistique française**. Paris, Hachette, 1981.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Curitiba: Criar, 2005.

MARX, Karl. Processo de trabalho e processo de valorização (1983). *In*: ANTUNES, Ricardo. (org.). **A dialética do trabalho I**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

MOITA LOPES, Luís Paulo da (org.). **Discurso de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003a.

MOITA LOPES, Luís Paulo da. Socioconstrucionismo: discurso e identidades sociais (2003). *In*: MOITA LOPES, Luís Paulo da (org.). **Discurso de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003b.

MORAES, M. L. Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *In*: **Revista Crítica Marxista**, Campinas - SP, Boitempo, n. 11, p. 89-97, 2000. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie58Dossie%204.pdf. Acesso em: 25 set. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Panfleto MNCR. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_4/publicacoes-online/panfleto%20MNCR%20web.pdf/view. Acesso em: 06 jul. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Panfleto organiza MNCR. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_4/publicacoes-online/panfleto%20organiza%20MNCR%20web.pdf/view. Acesso em: 07 jul. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Declaração de princípios e objetivos do MNCR. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_4/publicacoes-online/DECLARACaO%20DE%20PRINCIPIOS%20E%20OBJETIVOS%20DO%20MNCR.pdf/view. Acesso em: 08 jul. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Caminhar é resistir. Cartilha de formação. São Paulo: 2009. Disponível em: http://www.mnncr.org.br/box_4/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-formacao-do-mnncr-nova/view. Acesso em: 09 jul. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Os Direitos Humanos e os Catadores de Materiais Recicláveis. Cartilha de formação. São Paulo: 2008. Disponível em: http://www.mnncr.org.br/box_4/publicacoes-on-line/CartilhaDHweb.pdf/. Acesso em: 10 jul. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Cartilha de formação. São Paulo: 2005. Disponível em: http://www.mnncr.org.br/box_4/formacao-e-conjuntura/catadores%20cartilha%20web.pdf/view. Acesso em: 11 jul. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Folder institucional do MNCR. Disponível em: http://www.mnncr.org.br/box_4/publicacoes-on-line/Folder%20MNCR%20baixa%20resolucao2.pdf/view. Acesso em: 12 jul. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Mulheres são maioria entre catadores organizados. Notícias publicadas em 29/10/2013. Disponível em: http://www.mnncr.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas. Acesso em: 03 nov. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Negros e negras são maioria entre os catadores de materiais recicláveis. Notícias publicadas em 19/11/2013. Disponível em: http://www.mnncr.org.br/box_2/noticias-regionais/negros-e-negras-sao-maioria-entre-os-catadores-de-materiais-reciclaveis. Acesso em: 25 nov. 2013.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Mulheres catadoras. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/setores/mulheres-catadoras>. Acesso em: 06 jul. 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Mulheres catadoras. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/noticias/blog-do-sul/carta-de-pontal-do-parana-extraida-no-iv-encontro-nacional-de-mulheres-catadoras>. Acesso em: 06 jul. 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Programa Nacional de luta. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/setores>. Acesso em: 07 jul. 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Nota de repúdio sobre violência misógina. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/sobre-o-mnncr/notas-e-declaracoes/nota-de-repudio-sobre-violencia-misogina>. Acesso em: 08 jul. 2015.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Página inicial. Disponível em: <http://www.mnncr.org.br/>. Acesso em: 06 ago. 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005.

PESSOA, Fátima. A dimensão genérica das práticas discursivas. *In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO DISCURSO*, 9, 2011, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PESSOA, Fátima. O trabalho de informar e de fazer consumir: modos de interpelação do sujeito. **Revista Moara**, Belém - UFPA, n. 38, p. 159-173, 2012.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. *In: FIORIN, José Luiz (org.)*. **Introdução à linguística: objetos teóricos**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século 20: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo**. 2. ed. Expressão Popular: São Paulo, 2010.

PRADO, Danda. **O que é família**. Coleção Primeiros Passos. SP: Brasiliense, 1985.

ROCHA, Décio. Cenografias do trabalho docente de orientação em tempos de práticas mercantilistas: sobredestinatário e posicionamento discursivo. *In: Revista Moara*, Belém-UFPA, n. 38, p. 126-139, 2012.

RODRIGUES, M. G.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. Ethos discursivo e sentidos sobre trabalho no samba. *In: Revista Moara*, Belém-UFPA, n. 38, p. 113-125, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANT'ANA, R. S.; LOURENÇO, E.; NAVARRO, V.; BERTANI, I.; SILVA, J. F.S. (org.). Introdução. *In: Aveso do Trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SILVA, Rosemeire Barbosa da. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: atores, governação, regulação e questões emergentes no cenário brasileiro. **Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis**, Florianópolis, v. 3, n 2, p. 1-40, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/882>. Acesso em: 02 jul. 2013.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P.; FAÏTA, D. (org.). **Linguagem e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. 2. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

VAZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ANEXO A - Declaração de princípios e objetivos do MNCR

Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/principios-e-objetivos>



DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DO MNCR

ARTIGO 1º - O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR, trabalha pela 'auto-gestão e organização'¹ dos catadores através da constituição de Bases Orgânicas, em que a 'participação' de todos os(as) catadores(AS) que querem ajudar a construir a luta de seus direitos, seja um direito internamente garantido, mas também um dever do catador com o Base Orgânica, com um critério de democracia direta² em que todos tem voz e voto nas decisões, conforme critérios constituídos nas bases de acordo;

¹ "Auto-gestão" é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas equipamentos de produção. Auto-gestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.

² "Democracia direta" é forma de decisão tomada pela participação coletiva e responsável da base. Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das idéias e o debate.

ARTIGO 2º - O MNCR tem na 'ação direta popular'³ bem como em outras formas organização um princípio e método de trabalho, que rompe com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros(as), que parta desde a construção inicial dos galpões e sua manutenção, não esperando que caia tudo pronto do céu, e até as mobilizações nas grandes lutas contra a privatização do saneamento básico e do lixo, contribuindo para a preservação da natureza, mas também lutando pelo devido reconhecimento e valorização da profissão dos catadores ;

³ "Ação direta" é um princípio e método que carrega o sentido do protagonismo do povo auto organizado, ou seja é o povo que deve fazer diretamente as transformações, com o exercício de suas próprias forças, união, organização e ação, sem viver esperando para que os outros façam por nós, que caia do céu como um milagre ou um presente, sem que nos esforcemos para isso; A ação direta pode ser da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento, e do movimento para a sociedade;

ARTIGO 3º - O MNCR busca garantir a 'independência de classe'⁴ em relação aos partidos políticos, governos e empresários, mas também lutando pela gestão integrada dos resíduos sólidos com participação ativa dos catadores organizados,

desde a execução da coleta seletiva com catadores de rua, até a triagem e o beneficiamento final dos materiais, buscando tecnologias viáveis que garanta o controle da cadeia produtiva, firmando com os poderes públicos contratos que nos garantam o repasse financeiro pelo serviço prestado a sociedade, e cobrando das empresas privadas, produtora industrial dos resíduos o devido pagamento pela nossa contribuição na reciclagem.

⁴ “A independência de Classe” é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam; Significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vem das classes dominantes, governos e dos ricos; Não significa ignorar as diferenças, sabemos que elas existem e são saldáveis, porem estas, não podem ficar acima do movimento a ponto de dividido. O acordo com este princípio é o que pode contribuir para que não sofreremos manipulações futuras;

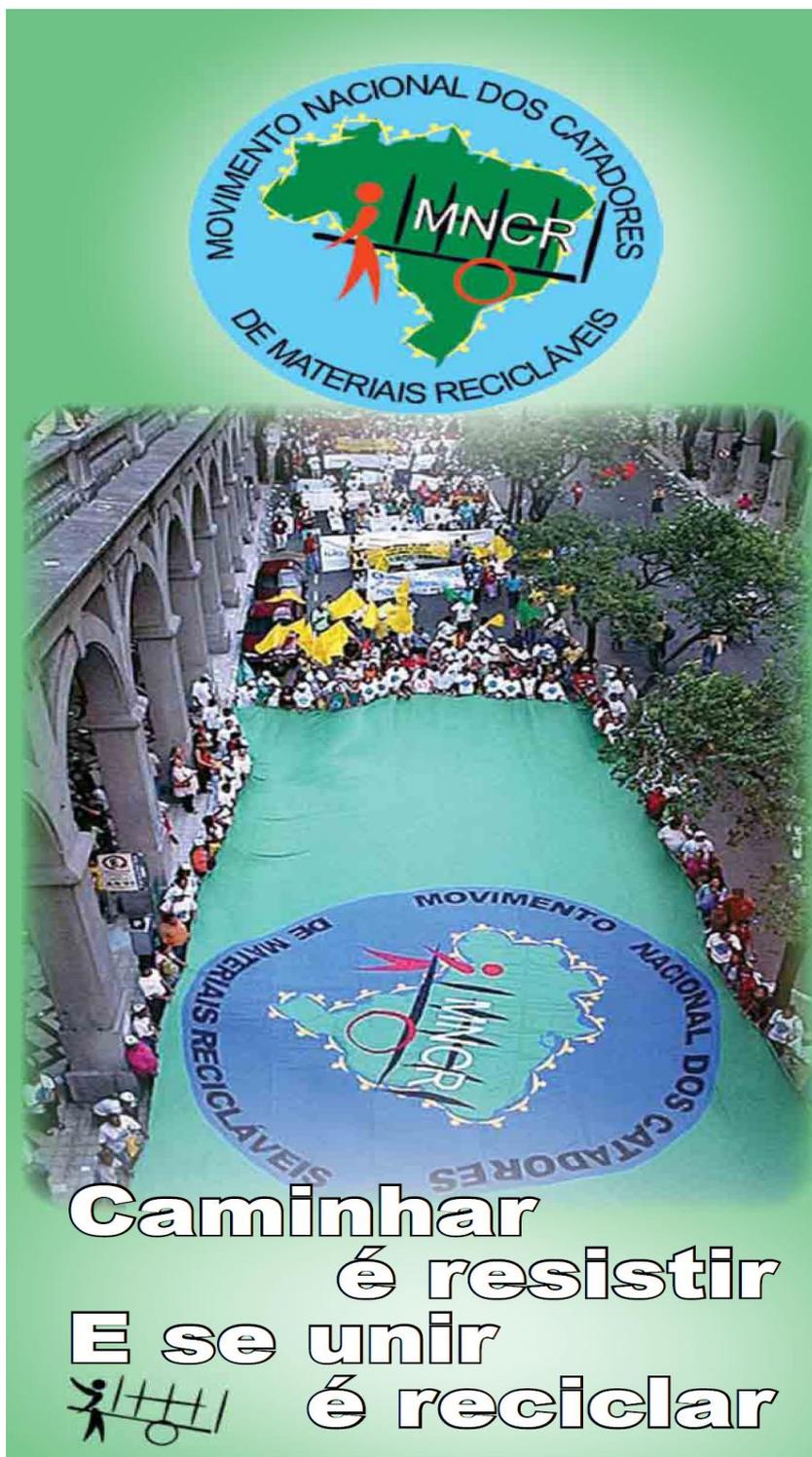
ARTIGO 4 ° – No MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, buscamos o ‘apoio mútuo’⁵ entre os companheiros(as) catadores(as) ; e praticando no dia a dia das lutas a ‘Solidariedade de Classe’⁶ com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades brasileiras e de outros países. E desta forma ir conquistando “o direito à cidade”, local para trabalho e moradia digna para todos, educação, saúde, alimentação, transporte e lazer, o fim dos lixões e sua transformação em aterros sanitários, más com a transferência dos catadores para galpões com estruturas dignas, com coleta seletiva que garanta a sustentação de “todas as famílias”, com creches e escolas para as crianças.

⁵ O “Apoio Mútuo” ou Ajuda Mútua é o princípio que orienta nossa atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação, é contrario aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância;

⁶ A “Solidariedade de Classe” é o princípio histórico da união de todos os pobres. Sabemos que a sociedade que vivemos está dividida em classes: pobres e ricos, Opressores e oprimidos, os que mandam e os que obedecem. Nosso povo faz parte das classes Oprimidas, como um setor dentro delas, porem existem vários outros setores de classes oprimidas pelo sistema capitalista, como: os sem terra, os sem teto, os índios, os negros e quilombolas, os trabalhadores assalariados, etc.... É importante compreendermos isso pois em nossa luta sozinhos, não venceremos, a verdadeira vitória só pode ocorrer com uma profunda transformação da sociedade, ou seja, onde não existam mais ricos ou pobres, opressores e oprimidos, mas sim liberdade e igualdade. Para construirmos essa nova sociedade temos que construir na luta a “solidariedade com todos os setores das classes Oprimidas”.

*O catador organizado, jamais será pisado!
Pela construção do Poder Popular!
Viva o MNCR !!!*

ANEXO B - Folder institucional do MNCR



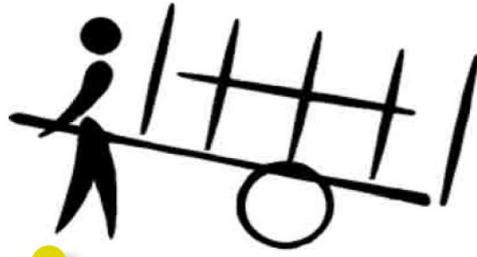
Nossa História

O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, já em junho de 2001 ocorreu o 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras.

Antes mesmo do Congresso os catadores impulsionam a luta por direitos em diversas regiões do Brasil. No congresso é lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis.

No ano de 2003 acontece o 1º Congresso Latino-americano de Catadores em Caxias do Sul – RS, que reuniu catadores (as) de diversos países.

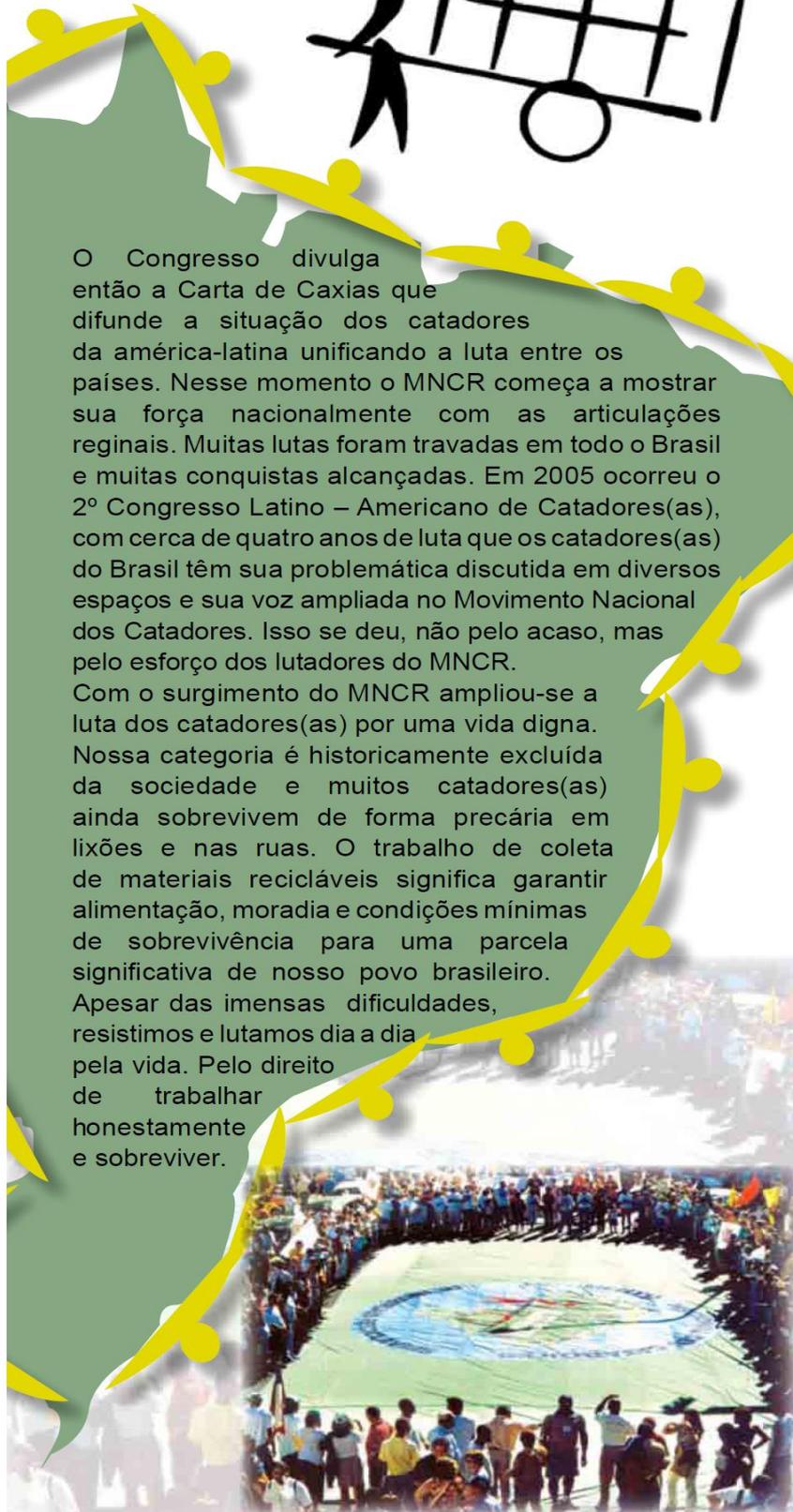




O Congresso divulga então a Carta de Caxias que difunde a situação dos catadores da América-Latina unificando a luta entre os países. Nesse momento o MNCR começa a mostrar sua força nacionalmente com as articulações regionais. Muitas lutas foram travadas em todo o Brasil e muitas conquistas alcançadas. Em 2005 ocorreu o 2º Congresso Latino – Americano de Catadores(as), com cerca de quatro anos de luta que os catadores(as) do Brasil têm sua problemática discutida em diversos espaços e sua voz ampliada no Movimento Nacional dos Catadores. Isso se deu, não pelo acaso, mas pelo esforço dos lutadores do MNCR.

Com o surgimento do MNCR ampliou-se a luta dos catadores(as) por uma vida digna. Nossa categoria é historicamente excluída da sociedade e muitos catadores(as) ainda sobrevivem de forma precária em lixões e nas ruas. O trabalho de coleta de materiais recicláveis significa garantir alimentação, moradia e condições mínimas de sobrevivência para uma parcela significativa de nosso povo brasileiro.

Apesar das imensas dificuldades, resistimos e lutamos dia a dia pela vida. Pelo direito de trabalhar honestamente e sobreviver.



Nossos Princípios

O Movimento Nacional dos Catadores nasce com o objetivo de garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir



a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome.

Acreditamos na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador

em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade. Desenvolvemos nossas ações na busca de uma sociedade mais justa e melhor para todos.

Buscamos a organização de nossa categoria na solidariedade de classe, que reúne forças para lutarmos contra a exploração lutando pela nossa liberdade. Esse princípio é diferente da competição e do individualismo, busca o apoio mútuo entre



os companheiros(as) catadores(as) e outros trabalhadores.

Lutamos pela auto-gestão de nosso trabalho e o controle da cadeia produtiva de reciclagem, garantindo que o serviço que nós realizamos não seja utilizado em benefício de alguns poucos

(os exploradores), mas que sirva a todos.

Nesse sentido organizamos bases orgânicas do Movimento em cooperativas, associações, entrepostos e grupos, nas quais ninguém pode ser beneficiado às custas do trabalho do outro.



Programa de luta e organização nas bases do Movimento

Desenvolvemos nos espaços de trabalho e nas comunidades onde vivemos diversos projetos de caráter popular que procuram resgatar a cultura e o protagonismo dos catadores(as) e de suas famílias. Desenvolvemos em nossas bases projetos educativos, de cultura popular, atividades recreativas, de inclusão digital, oficinas artesanais, entre outros.



Outra preocupação constante é com nossas crianças. Alguns espaços já contam com refeitórios comunitários e programas de segurança alimentar que garantem o sustento de nossas famílias, além da preocupação com educação infantil e o reforço escolar. Todos esses projetos são feitos, na maioria das vezes, por iniciativa dos próprios companheiros(as) catadores(as), sem incentivo ou apoio do poder público.

Saúde e educação são bandeiras de luta do MNCR. Na luta por moradia defendemos a prática de ocupação de espaços ociosos para fins de moradia e trabalho, além desenvolvermos mutirões autogestionários para construção de casas que buscam melhorar as condições de habitação das famílias de catadores.

Nós catadores, desenvolvemos em nosso trabalho inovações tecnológicas de baixo custo e técnicas de coleta e tratamento de materiais recicláveis, assim como o método de gestão autogestionário, do qual os próprios catadores(as) administram suas bases por meio de princípios solidários.

Nossas organizações trabalham com a coleta seletiva, na qual realizamos campanhas de sensibilização junto à comunidade que separa os materiais e doa voluntariamente aos catadores. Esse trabalho educa a comunidade difundindo a questão social e ambiental, apontando para uma sociedade mais justa e solidária.



Nossa Luta

Uma das bandeiras de luta do MNCR é o devido pagamento pelo poder público pelos serviços que nós prestamos à sociedade, já que está provado que o trabalho dos catadores(as) é mais eficiente na coleta seletiva que os caminhões e aparatos do setor privado.

Somos contra os lixões a céu aberto e lutamos pela transformação desses em aterros sanitários. Assim como a transferência dos catadores(as) que trabalham nesses locais para galpões com estruturas suficientes que garantam a sobrevivência digna de todos, além de creches e escolas para as crianças.

Lutamos pela coleta seletiva feita pelos catadores(as) por acreditar que somos os primeiros agentes ambientais a coletar a matéria prima que grande parte da sociedade chama de lixo.





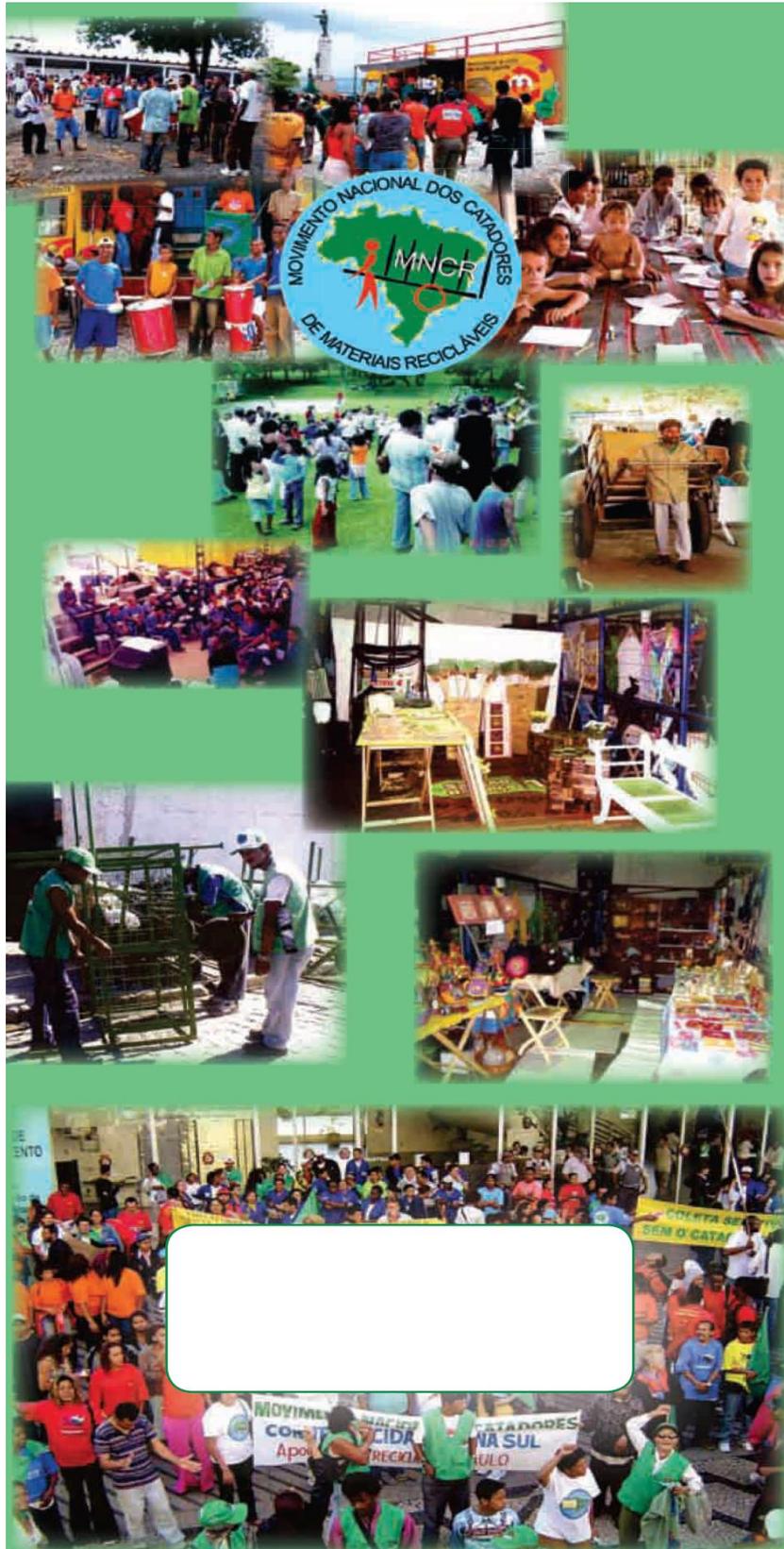
Caminhamos juntos na luta

Nós catadores do MNCR temos consciência do benefício que nosso trabalho traz à sociedade. Buscamos o devido valor para nossa categoria e para as diversas realidades que a ela compõem, como a questão de etnias, trabalhadores do campo, identidades regionais e raízes culturais de nosso povo.

Com isso, o MNCR luta conjuntamente e é solidário com outras lutas como a dos sem-terra, sem-teto, indígenas, quilombolas, moradores em situação de rua, trabalhadores informais e setores oprimidos da sociedade. Buscamos criar e fortalecer laços orgânicos de solidariedade com esses setores para juntos construirmos uma frente de setores oprimidos e buscarmos um programa de reorganização e transformação social, nosso sonho e objetivo maior.

**Catador organizado,
jamais será pisado!**





ANEXO C - Panfleto de sensibilização da profissão do catador

Venha para a organização

Contra a exploração.

Pela auto-organização e autogestão.



Catador não precisa de esmola. Queremos o reconhecimento de nossa categoria.

Companheiros

Força na Luta!



**Viva o
MNCR!**

Só organizados poderemos mudar
nossas vidas e a de nossas famílias.
Só unidos poderemos desenvolver um
trabalho eficiente e solidário.

Saiba como organizar um grupo de catadores
procurando uma base do MNCR.

Catador organizado, jamais será pisado!

Só a luta muda a vida!

As organizações fortalecem o catador, unidos temos mais força e saímos da mão dos atravessadores.

Conheça Nossos princípios:

“Auto-gestão” é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. Auto-gestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores.

O **“Apoio Mútuo”** ou Ajuda Mútua é o princípio que orienta nossa atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação, é contrario aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância

“Ação direta” é o sentido do protagonismo do povo auto organizado, ou seja, é o povo que deve fazer diretamente as transformações, com o exercício de suas próprias forças, união, organização e ação, sem viver esperando que os outros façam por nós, que caia do céu como um milagre ou um presente.

As cooperativas, associações e grupos de catadores são ferramentas de organização na luta contra a exploração, nossas organizações promovem importantes trabalhos sociais que reconstróem vidas. Venha conhecer nossas organizações solidárias.



www.mncr.org.br



ANEXO D - Cartilha de formação “Os direitos humanos e os catadores de materiais recicláveis”

Os Direitos Humanos e os Catadores de Materiais Recicláveis



Cartilha de Formação

ANEXO E - Cartilha de formação nacional do MNCR - 2005. Disponível em:
<http://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-formacao-nacional-do-mncr-2005>



ANEXO F - Cartilha de formação do MNCR “caminhar é resistir” edição 2009. Disponível em: <http://www.mncr.org.br/biblioteca/formacao-e-conjuntura/cartilha-de-formacao-do-mncr-nova-1>



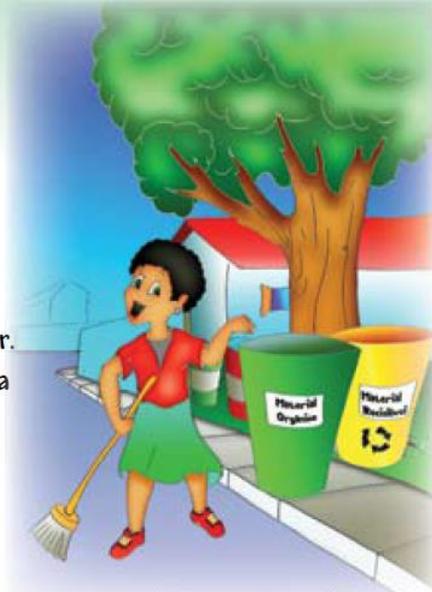
ANEXO G - Panfleto de sensibilização da coleta seletiva porta-a-porta



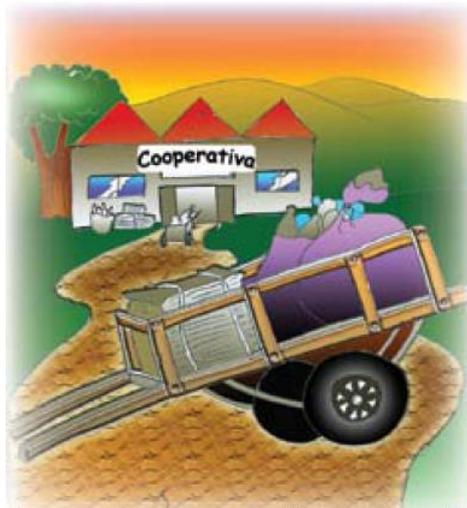
Reciclando sonhos, reciclando a vida



Nossa coleta é muito fácil e todos podem ajudar. O catador é quem separa, embala e destina corretamente os materiais recicláveis.



Apoiar esse trabalho é contribuir com uma categoria que desenvolve suas atividades dentro dos princípios de solidariedade e apoio mútuo, pessoas que lutam por uma sociedade mais justa para todos.



As cooperativas, associações e grupos de catadores são armas contra a exploração dos ferros-velhos, nossas organizações promovem importantes trabalhos sociais que reconstróem vidas. Venha conhecer nossas organizações solidárias.



www.movimentodoscataadores.org.br

Mulheres são maioria entre Catadores organizados

por [Setor de Comunicação](#) — última modificação 29/10/2013 17:09

registrado em: [mulheres](#), [Genero](#)

Pesquisa do IPEA destaca liderança das mulheres catadoras



Catadores da cooperativa Cruma de Poá

Os catadores de materiais recicláveis são hoje foco das políticas públicas de geração de renda e formação profissional ao sensibilizarem os poderes públicos sobre a invisibilidade de seu trabalho, por um lado, e o benefício socioambiental resultado dessa atividade. Pesquisa recente publicada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) analisou o impacto desses trabalhadores e destacou a participação das mulheres nesse contexto.

A pesquisa utilizou os dados do Censo 2010 do IBGE para traçar o perfil dos catadores de materiais recicláveis no Brasil e concluiu que 400 mil trabalhadores se declaram como Catadores de Resíduos, as mulheres representam 31,1% desse total. Segundo o IPEA, alguns fatores sociológicos podem explicar essa discrepância desses dados em relação as estimativas, por exemplo, o fato de algumas mulheres exercerem outras atividades, como o cuidado do lar e da família, e entenderem que a coleta de resíduos seja uma mera atividade complementar. Ou seja, muitas mulheres catadoras não se identificaram com a atividade por manterem a identidade de domésticas ou trabalhadoras do lar como trabalho principal. A pesquisa indica também em suas famílias tem cerca de 700 mil crianças sustentadas por meio da renda da coleta de resíduos recicláveis.

O IPEA admite que o número total de catadores pode ser bem maior, uma vez que o Censo considera apenas o que declara o entrevistado, por ser uma profissão ainda pouco valorizada e ainda nova no mercado uma parte dos trabalhadores não se assume como profissional.

As estimativas do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) indicam o número de 800 mil trabalhadores em atividade hoje no Brasil, entre os quais 70% seria mulheres. A estimativa é compatível com os dados do IPEA quando considerada as trabalhadoras que estão organizadas em cooperativas e associações, a maior parte é negra ou parda, segundo o IPEA. “Observei nas visitas às cooperativas que elas aparentam ser mais sensíveis a essas organizações e os homens mais refratários a cumprir uma disciplina de

trabalho”, explica Albino Rodrigues Alvarez, coordenador da pesquisa do IPEA. “Por isso as mulheres têm assumido a liderança nas cooperativas”, constata.

As catadoras, em muitos casos arrimos de família, são verdadeiras lideranças comunitárias que agregam, conciliam e organizam outros trabalhadores em seu entorno. A função de administradora familiar vai de encontro com a necessidade das organizações autogestionárias (cooperativas e associações) que hoje vem sendo incluídas formalmente nas políticas públicas e fomentadas pelos Governos. É recorrente a atuação das mulheres do trabalho de triagem e classificação dos materiais, trabalho que é considerado núcleo principal do processo produtivo das organizações de catadores, por isso também é a função que recebe maior pressão no empreendimento, além de ser uma atividade pouco valorizada frente a funções consideradas “mais pesadas” como a operação de maquinário, deslocamento, carregamento e transporte de materiais funções considerados masculinas.

ANEXO I - Notícia: Negros e negras são maioria entre os catadores de materiais recicláveis

Negros e negras são maioria entre os catadores de materiais recicláveis

por [Setor de Comunicação](#) — última modificação 19/11/2013 21:32

registrado em: [negro](#)

População negra sofre com falta de oportunidade



Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que levantou dados do Censo 2010, mostra que 66,1% dos catadores de materiais recicláveis do Brasil se declararam negros ou pardos. Ou seja, duas em cada três pessoas que exercem essa atividade são negros ou negras. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, considerando que o total de negras e negros representam 52,0% da população brasileira, pode-se notar que o percentual dessa parcela da população na atividade de catação é superior ao de negros na população brasileira total.

A pesquisa identificou quase 400 mil catadores que se declararam como tais nas entrevistas em domicílios de todo o Brasil. O número, apesar de parcial, pois considera apenas os catadores que se declaram como profissionais, reflete a desigualdade racial presente no país, onde a população branca tem mais oportunidades e os negros ocupam as vagas com menor renda e menos benefícios.

Parte da população de catadores não entra na estatísticas quando não possuem domicílio fixo ou moram de modo irregular ou precariamente. Os negros e negras são maioria também entre a população em situação de rua, segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Dados do IPEA também mostram que os negros e negras são os mais expostos a violência no Brasil, os negros têm oito por cento mais chances de ser vítima de um homicídio comparado a um branco ou branca.

ANEXO J - Cartaz do IV encontro nacional das mulheres catadoras

